



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

## CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA – CONEC 50ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – 2024/2026

1 **ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO**  
2 **CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA – CONEC (2024–2026).** Ao 8º (oitavo)  
3 dia do mês de abril do ano de 2026, às 14h, reuniram-se, de forma totalmente  
4 virtual, por intermédio da plataforma <https://teams.microsoft.com/v2/>, os  
5 membros do Conselho Estadual de Cultura – CONEC. Conforme ofício circular  
6 Nº 029/2025-GSG/FEC convocatório enviado via e-mail do plenário no dia 07 de  
7 abril de 2026, e em virtude da ausência justificada do presidente e do vice-  
8 presidente, ancorado pela lei N.º 5.418, de 17 de março de 2021, declarou  
9 iniciada a 50ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Cultura –  
10 CONEC. Assumiu interinamente a presidência da sessão o senhor **MARCOS**  
11 **ANDRÉ DURAND PEREIRA**. Em razão de problemas técnicos, o senhor  
12 DUDSON CAMPOS CARVALHO, secretário-geral do Conselho, acessou a  
13 reunião de forma tardia. Diante disso, para secretariar a sessão, o presidente  
14 interino convidou o senhor LUDIMAR (KOKAMA) NUNES GONÇALVES, titular  
15 da cadeira de Cultura Indígena, que declinou do convite em virtude de problemas  
16 de conexão. Na sequência, foi convidado o senhor PEDRO HENRIQUE  
17 SECATTI CACHEADO, titular da cadeira de Audiovisual, que também declinou  
18 do convite. Na ocasião, solicitou o registro de sua manifestação de indignação  
19 quanto à não realização da sessão de forma presencial, em detrimento da  
20 agenda do presidente, bem como quanto ao atraso do secretário-geral, o qual,  
21 segundo o conselheiro, demonstraria descaso perante o Conselho. Por fim, foi  
22 convocada a senhora **JORDANIA DAMASCENO GALDINO**, conselheira titular  
23 da cadeira de Teatro, para exercer a função de secretária da sessão. E para  
24 compor e auxiliar esta mesa diretora, convoco ainda o conselheiro titular da  
25 cadeira de Cultura Afrodescendente, o ilustríssimo senhor **WELLISSON BRITO**  
26 **BATISTA**. Composta a mesa diretora, declarou abertos os trabalhos desta  
27 plenária. Abriu o **EXPEDIENTE** com a informação de que não há nada a provar.  
28 Passou a palavra à secretária-geral. **Jordania Galdino:** Informamos que o  
29 anteprojeto do Plano Estadual de Cultura estaria no aguardo do retorno da  
30 Procuradoria Geral do Estado (PGE) para o devido encaminhamento à Casa  
31 Civil. Segundo, a Comissão Eleitoral deve publicar hoje, dia 08 de abril, o edital  
32 referente ao certame da eleição CONEC 2026. Terceiro, recebemos uma  
33 comunicação institucional de fatos graves e representação contra conselheiros  
34 feita pela Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (COMIPE),  
35 a qual foi encaminhada ao jurídico para parecer. Quarto, registramos que no dia  
36 15 de março o conselheiro titular da cadeira de Cultura Indígena, senhor Ludimar  
37 Kokama, e no dia 31 de março a conselheira titular representante da SEJUSC,  
38 senhora Rosy Cleia Seixas, celebraram aniversário. Desejamos-lhes muitas  
39 felicidades, prosperidade e paz. Esse é o expediente, presidente. **Presidente:**  
40 Obrigado, ilustríssima senhora secretária. Encerrado o expediente, passamos às



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

41 proposições. Pergunto à secretária-geral: há alguma proposição? **Jordania**  
42 **Galdino:** As proposições apresentadas à Mesa Diretora e à Equipe de Apoio já  
43 foram incluídas em pauta, por não necessitarem de deliberação para inclusão,  
44 presidente. **Presidente:** Agradeço e pergunto: há algum membro titular ou em  
45 exercício na plenária que queira apresentar alguma proposição? As inscrições  
46 estão abertas e, para os que desejarem a inclusão na pauta de hoje, concedo o  
47 prazo regimental de três minutos para justificativa. Passo a voz para quem  
48 gostaria de colocar em votação, se não houver nenhuma proposição, vamos  
49 continuar. **Jordania Galdino:** Não tendo nenhuma proposição, vamos continuar  
50 para que possamos iniciar a Ordem do Dia e entrar nas deliberações do Plenário,  
51 solicito ao secretário-geral que nos informe o quórum de hoje. Já foi, não é?  
52 **Presidente:** Já. Qual o quórum de hoje secretária? **Jordania Galdino:** Neste  
53 momento informo que se encontram presentes, além dos membros da Mesa  
54 Diretora que representam as cadeiras da Secretaria de Estado de Cultura e  
55 Economia Criativa (SEC), de Artes Visuais e Novas Mídias, os seguintes  
56 membros do Conselho com direito a voto. Também registramos a presença dos  
57 seguintes convidados e dos membros suplentes deste Conselho. Da cadeira de  
58 Dança, o conselheiro Marcos André Durand. Da cadeira de Cultura Indígena, o  
59 conselheiro Ludimar Kokama. Da cadeira da FEPIAM, conselheiro Wanderson,  
60 da cadeira Afrodescendente, o conselheiro Wellisson Brito Batista. Da cadeira  
61 da SEDUC, conselheiro Bjarne Lima Furtado. Da cadeira do Audiovisual, o  
62 conselheiro Pedro Henrique Secatti Cacheado. A conselheira Érica Cintra. A  
63 conselheira Cristina Helena. Da cadeira de Literatura, o conselheiro Álvaro  
64 Serrão. A conselheira Priscila. A conselheira Rosy. Da cadeira do Circo, o  
65 conselheiro Vanderley. Da cadeira de Folclore e Carnaval, o conselheiro Elson  
66 Rocha. Da cadeira de Teatro, a conselheira Jordania Damasceno. Da cadeira de  
67 Música, senhor Mencius. Da cadeira de Cultura Popular, a conselheira Lucimar  
68 Marques. Registramos ainda a presença dos convidados: Ana Lígia, Dra. Anne  
69 Paiva, senhor Thiago Hermido, Geliel, Marly, Eder, Karter e Ronildo. Na Mesa  
70 Diretora encontram-se o senhor André Durand, presidente da sessão; esta  
71 Secretaria, Jordania Galdino; e o conselheiro Wellisson Batista (Mestre  
72 Camaleão). **Presidente:** Obrigado, Secretária-Geral. Passo à **ORDEM DO DIA.**  
73 Senhora Secretária, o que temos para a Ordem do Dia? **Jordania Galdino: 1.**  
74 Explicação acerca da forma de divisão de vagas dos editais para capital e interior  
75 (Dudson); **2.** Apresentação de todas as denúncias feitas pelos proponentes em  
76 todos os editais (Vanderley e André); **3.** Prorrogação de mandato (André); **4.**  
77 CONEC itinerante (André); **5.** Evento na comunidade de Nogueira, no município  
78 de Alvarães (André); **6.** Apresentação e esclarecimentos sobre a verba da sede  
79 do CONEC (Jordania); **7.** Sistema de avaliação dos editais (Pedro); **8.** Dados das  
80 inscrições dos editais do ciclo 2 (Pedro); **9.** Atualização sobre a Lei Estadual de  
81 Incentivo à Cultura (Pedro); **10.** Aprovação dos relatórios anuais de atividades  
82 do CONEC de 2024 e 2025. **Presidente:** Obrigado, Secretária-Geral. Vamos  
83 iniciar. **1. Explicação acerca da forma de divisão de vagas dos editais para**



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

84 **capital e interior.** Eu passo a palavra ao conselheiro Dudson Carvalho, para  
85 que em 10 minutos permita manifestação e concedo a voz à representante da  
86 ASPC para conduzir as explicações e encaminhar as deliberações. Quem  
87 desejar se manifestar poderá fazê-lo por até dois minutos após a fala da ASPC.  
88 Gostaria também de deixar registrado a presença do senhor Eder Gama, do  
89 município de Itacoatiara, que é membro do Coletivo “Dá teus pulos”. Eu passo  
90 agora a fala para a ASPC com a moderação de 10 minutos. É com você, senhora  
91 assessora. **Anne Paiva:** Oi conselheiro, primeiro vai falar o conselheiro Dudson,  
92 certo? **Presidente:** Isso, depois vossa pessoa. Conselheiro Dudson, o senhor  
93 tem a fala. **Dudson Carvalho:** Eu vou ser bem rápido. Fiquei sabendo, há alguns  
94 meses, que nos nossos editais nunca houve uma regra de edital que  
95 determinasse a divisão entre capital e interior. Então pedi uma explicação ao  
96 senhor Thiago Hermido e ao jurídico da SEC e da ASPC. Foi-me informado que  
97 isso foi retirado junto com as cotas e que, nesse caso, ocorreu porque nós  
98 retiramos aquela pontuação extra que era aplicada anteriormente. Diante disso,  
99 solicitei a ASPC que fizesse uma explicação aberta para todos os senhores  
100 conselheiros, tendo em vista que fui bastante questionado após o último edital  
101 sobre o motivo de haver um número muito grande de projetos da capital  
102 aprovados, com uma diferença realmente muito significativa em relação ao  
103 interior. Também fui questionado sobre por que o Conselho teria feito isso e, no  
104 meu entendimento, em nenhum momento foi colocado de forma clara que essa  
105 diferença poderia ocorrer em razão da retirada da pontuação extra. Então eu  
106 achava que aquela pontuação extra não tinha relação com a regra de edital sobre  
107 capital e interior. Foi apenas por isso que solicitei essa pauta. Gostaria que a  
108 doutora Anne da ASPC ou o próprio Thiago, explicassem para todos os senhores  
109 conselheiros o que de fato aconteceu, para que possamos, se ainda houver  
110 tempo, rever essa questão em um próximo edital. Está bem? Obrigado, senhor  
111 presidente. **Presidente:** Muito obrigado, senhor conselheiro. Passo a palavra  
112 agora para a senhora representante da Assessoria. Em sua fala, gostaria  
113 também de abrir um adendo que possamos ter uma justificativa plausível a  
114 respeito dessa divisão. Inclusive, senhor conselheiro e doutora Anne, foi feito um  
115 recorte pelo agente cultural de Tefé, o cineasta Orange, a respeito dessa divisão,  
116 o qual eu compartilhei por e-mail, também solicitando explicações, elencando,  
117 de forma didática, como ficou essa divisão dos editais. Então, passo agora a  
118 palavra à senhora, concedendo-lhe 10 minutos. **Anne Paiva:** Perfeito. Boa tarde  
119 a todos. Estão me ouvindo bem? Vou compartilhar aqui um documento para que  
120 os senhores possam visualizar junto comigo. Só um instante. **Presidente:**  
121 Doutora, enquanto a senhora procura, eu gostaria até de sugerir à Vossa  
122 Senhoria, que seja utilizada uma linguagem didática, e não uma linguagem  
123 técnica, para que possamos compreender melhor. Gostaria também de saudar  
124 o seu retorno após a gestação. Acredito que a senhora já deva ter se inteirado  
125 de todo esse processo que estamos passando no Conselho. E deixar registrado,  
126 na fala do conselheiro Pedro, que esta reunião foi antecipada para hoje em razão



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

127 da agenda do senhor presidente Caio André. E, na abertura, lá depois no  
128 momento do que houver, eu gostaria também da manifestação por parte da  
129 assessoria jurídica do Conselho, considerando também a questão do Tribunal  
130 Regional Eleitoral do Amazonas (TRE/AM), em razão da desincompatibilização  
131 de quem pretende ser candidato. Então passo agora a palavra à vossa senhoria,  
132 apenas para deixar registrado. Os convidados só poderão ter fala nos “assuntos  
133 gerais”. Está bem? Karter, Geliel e os demais que foram convidados, sejam todos  
134 bem-vindos a esta reunião, que tem caráter informativo e deliberativo. Ela pode  
135 ser compartilhada, e a presença de vocês foi solicitada e acatada pelo adm. Tudo  
136 bem, doutora Anne? **Anne Paiva:** Considerando o questionamento do  
137 Conselheiro Dudson, eu fiz um levantamento de todos os nossos editais, tanto  
138 os editais anteriores ao ano de 2020, quanto os editais mais recentes. Então eu  
139 fiz uma análise para verificarmos realmente quais eram os editais que tinham  
140 cotas, que tinham pontuação extra para o interior e quais eram os que não  
141 tinham. Alguém está com o microfone aberto? Fiz esse levantamento a respeito  
142 dos editais, para identificar se eles tinham cotas para o interior ou não. Antes do  
143 ano de 2020, os editais não traziam cota, reserva de vagas. Eu uso o termo cota,  
144 mas cota significa reserva de vagas, ou seja, vagas destinadas especificamente.  
145 Usamos o termo cota de forma geral, mas o que isso quer dizer é que existe uma  
146 destinação de vaga para determinado grupo. Começamos a ter essa destinação  
147 a partir de 2020. O primeiro edital que teve cotas para o interior foi o Feliciano  
148 Lana, que foi o primeiro edital da Lei Aldir Blanc. Ele dividiu 50% das vagas para  
149 a capital e 50% das vagas para o interior, como está mostrado na tela de vocês.  
150 Havia recurso destinado para vagas da capital e para vagas do interior, e então  
151 50% das vagas de qualquer área, por exemplo: cultura indígena, cultura popular,  
152 audiovisual, dança, teatro, elas tinham essa divisão de 50% para a capital e 50%  
153 para o interior. Depois disso, no ano seguinte, em 2021, foi feito o concurso  
154 Amazonas Criativo, que também estabeleceu cotas de 50% para capital e 50%  
155 para o interior. Foi dividido da forma que está apresentada na tela. Não foi feito  
156 por cadeira, mas por modalidade de projeto. Houve destinação de metade dos  
157 valores e metade das vagas para a capital e metade para o interior. Os  
158 conselheiros que já estão no segundo mandato devem se lembrar que a próxima  
159 leva de editais foi feita com o apoio dos senhores, a partir da análise do  
160 Conselho. Foi a leva de editais da Lei Paulo Gustavo, em 2023. Nesse momento,  
161 além de cotas para o interior, também tivemos o acréscimo de cotas para  
162 pessoas negras e para pessoas indígenas, conforme prevê a Lei Paulo Gustavo.  
163 A lei previa a divisão de cotas, ou seja, reserva de vagas para pessoas negras e  
164 para pessoas indígenas, e o Estado do Amazonas já fazia a reserva de vagas  
165 para o interior. Então, como é que ficou a partir da Lei Paulo Gustavo? A divisão  
166 ficou da seguinte forma: as vagas de ampla concorrência foram divididas entre  
167 capital e interior e também houve cotas para pessoas negras e pessoas  
168 indígenas. Ou seja, havia vagas reservadas para pessoas do interior, vagas  
169 reservadas para pessoas negras e vagas reservadas para pessoas indígenas,



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

170 conforme estabelecia a legislação da Lei Paulo Gustavo. Eu coloquei na tela  
171 como ficou essa divisão. Esses são prints dos próprios editais. Estou mostrando  
172 como ficou em literatura, circo, dança, teatro, música, sempre com reserva de  
173 vagas para o interior, para pessoas negras e para pessoas indígenas, além da  
174 ampla concorrência, que incluía a capital. Além disso, na Lei Paulo Gustavo foi  
175 acrescentada a pontuação extra. Antes dela, não havia previsão de pontuação  
176 extra nos editais. A partir dela passou-se a dar pontuação extra para pessoas  
177 residentes em municípios do interior do estado, para pessoas que fossem  
178 realizar projetos no interior do estado, para pessoas LGBT, pessoas com  
179 deficiência e pessoas idosas. Coloquei também o print de como era a redação  
180 do edital em relação à pontuação extra para pessoas residentes no interior ou  
181 para empresas com CNPJ estabelecido em municípios do interior, conforme o  
182 cartão de CNPJ. Também trouxe o print do edital de audiovisual (nº 01/2023) da  
183 Lei Paulo Gustavo, porque ele fez uma divisão um pouco diferente em relação à  
184 reserva de vagas para municípios. Existe a reserva de vagas para o interior...  
185 **Pedro Cacheado:** Anne, deixa eu te interromper só um pouquinho? Aí você está  
186 falando só de oferta, não é? Não de preenchimento de vaga, não é? **Anne Paiva:**  
187 Exato. **Pedro Cacheado:** Tu não tens esses dados do preenchimento de vagas?  
188 **Thiago Hermido:** Eu vou falar esses dados daqui a pouco, conselheiro. Assim  
189 que a Anne terminar a explicação da questão mais textual do que vem nos  
190 editais. **Pedro Cacheado:** Perfeito, obrigado. **Anne Paiva:** Existe a reserva de  
191 vagas para o interior, para pessoas indígenas, pessoas negras, pessoas trans e  
192 também a ampla concorrência. Na capital também havia reserva de vagas para  
193 pessoas trans, pessoas negras, pessoas indígenas e ampla concorrência. Ainda  
194 nos editais da Lei Paulo Gustavo, como eu mencionei, havia a aplicação de um  
195 ponto extra para quem fosse residente no interior ou realizasse projeto no  
196 interior, além de pontuação para proponente LGBT, mulheres e outros grupos.  
197 Também trouxe como exemplo o edital para povos indígenas da Lei Paulo  
198 Gustavo. Como ele não possuía cotas para pessoas negras ou indígenas, já que  
199 era um edital específico para povos indígenas, ele tinha apenas a divisão de  
200 vagas entre capital e interior. Avançando para o ciclo da PNAB, tivemos o  
201 primeiro ciclo. Nesse primeiro ciclo, foi modificada a pontuação extra. Em vez de  
202 um ponto, passaram a ser cinco pontos extras. Mas ainda havia reserva de  
203 vagas. Trouxe como exemplo o edital de circo. Nele havia ampla concorrência,  
204 que poderia ser capital ou interior, reserva de vagas para o interior, reserva para  
205 pessoas negras e reserva para pessoas indígenas, conforme também determina  
206 a legislação, reserva de vagas para PCDs. Vocês podem observar que existem  
207 critérios mínimos para pessoas negras e pessoas indígenas e que a divisão entre  
208 ampla concorrência e interior permanecia. Também apresentei as pontuações  
209 extras da PNAB, lembrando que, em vez de um ponto como era na Lei Paulo  
210 Gustavo, passaram a ser cinco pontos. Por fim, nos editais do segundo ciclo da  
211 PNAB, vocês podem observar na tela que não há reserva de vagas para pessoas  
212 do interior. Há ampla concorrência e reserva de vagas para pessoas negras,



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

213 pessoas indígenas e pessoas com deficiência. No entanto, permanece a  
214 pontuação extra para agentes culturais ou grupos, sejam CNPJ ou CPF, que  
215 residam em municípios que não sejam a capital, ou seja, municípios do interior  
216 do estado. Essas informações que estou trazendo e mostrando para vocês são  
217 todas baseadas nos editais posteriores à Lei Paulo Gustavo e nos editais que  
218 foram aprovados pelo Conselho. É isso. Muito obrigada. **Presidente:** Agradeço  
219 a senhora no tempo hábil e eu gostaria de fazer um adendo na sua fala e que  
220 ficasse registrado, até para resguardar todos os conselheiros como um todo,  
221 tanto da sociedade civil como do poder público, é que no primeiro momento que  
222 a senhora traz o [edital] Feliciano Lana e o [edital] Amazonas Criativo, nós sequer  
223 participamos e aí a senhora traz uma linguagem como a Lei Paulo Gustavo  
224 (LPG), só para que tenhamos esse registro. E aí, após a sua fala, vou conferir o  
225 roteiro, por favor. **Thiago Hermido:** Conselheiro, se o senhor me permite, eu  
226 gostaria de trazer agora os números. **Presidente:** Com certeza, só para deixar  
227 registrado, eu estou como presidente interino e eu gostaria também de pedir para  
228 Vossa Senhoria que, tanto o nosso mandato quanto o mandato do ex-  
229 governador, o qual o senhor deve ter sido nomeado ainda no mandato dele, já  
230 passou. Então, nós estamos no mandato do então, interino, Roberto Cidade, que  
231 daqui a um mês deve estar sendo empossado o novo governo e acredito que até  
232 as tratativas junto a este Conselho, ele deve ter um outro olhar muito mais  
233 comunitário do que a gente viu durante esses dias que foram prorrogados essa  
234 reunião. Eu passo a fala a Vossa Senhoria e lhe concedo 10 minutos para  
235 completar o discurso que a doutora Anne começou. Obrigado. **Thiago Hermido:**  
236 Só para ficar registrado que a política de 50% de vagas para o interior é uma  
237 política que vem desde 2020, a partir de uma análise da gestão, em que os  
238 projetos e as inscrições do interior eram pouquíssimos contemplados. Os editais  
239 anteriores do Governo do Estado, realizados pela última vez em 2012 ou 2013,  
240 se eu não estiver enganado, não traziam essa questão. E os editais da capital,  
241 que eram realizados até então pela Manauscult, sempre privilegiaram muito a  
242 capital, tendo em vista que era uma secretaria que se encontrava em Manaus.  
243 Então, como uma forma de tentar colaborar e aumentar tanto o número de  
244 participação quanto o número de contemplados do interior, foi criada essa  
245 política. Nos editais do Feliciano Lana e do Amazonas Criativo, os conselhos  
246 ainda não tinham sido reativados. Tanto o Conselho de Patrimônio quanto o  
247 Conselho de Cultura foram reativados nesta gestão. Foi esta gestão que teve o  
248 olhar de trazer os conselheiros para dentro desse debate. Quando os  
249 conselheiros foram empossados, eles já foram empossados durante a Lei Paulo  
250 Gustavo. Então foi a partir da Lei Paulo Gustavo que os conselheiros  
251 conseguiram ter esse trabalho. Mas é importante lembrar também que, mesmo  
252 não havendo o Conselho de Cultura à época, tanto o Feliciano Lana quanto o  
253 Amazonas Criativo tiveram a criação de comissões com participação da  
254 sociedade civil. Essa participação ocorreu por meio de chamamento público, e  
255 essas comissões foram compostas por artistas, pela Defensoria Pública do



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

256 Estado, pela OAB e por alguns outros órgãos de fiscalização. Isso foi feito  
257 justamente para que houvesse a presença da sociedade civil nessas discussões.  
258 Também é importante registrar que, apesar de o conselho ainda não estar ativo  
259 naquele momento, porque estava em processo de retomada, houve escutas  
260 públicas para esses dois editais. Em relação à Lei Paulo Gustavo e ao primeiro  
261 ciclo da PNAB, eu vou colocar também o *link* no chat para que os senhores  
262 possam acompanhar isso de maneira mais esclarecedora. Lá já existe um painel  
263 digital com informações detalhadas sobre como foi a execução desses recursos,  
264 incluindo número de inscritos, número de contemplados, cidades de origem dos  
265 proponentes e categorias. Os senhores poderão acompanhar isso de forma bem  
266 detalhada. Já apresentamos esses painéis anteriormente para os conselheiros.  
267 Acho que foi no ano passado o painel da Lei Paulo Gustavo, e mais  
268 recentemente tivemos a conclusão do painel da PNAB. Começando pelo painel  
269 da Lei Paulo Gustavo, nós tivemos 1.643 inscritos em todos os editais, que  
270 foram, se não me engano, 12. Desses inscritos, tivemos 214 contemplados. Em  
271 relação às inscrições do interior, tivemos o seguinte: da capital foram 1.173  
272 inscritos e do interior 470. Lembrando que esse edital já possuía a divisão de  
273 vagas e, ainda assim, o número de inscritos do interior foi relativamente  
274 pequeno. O total de aprovados foi de 537. Entre esses aprovados, tivemos 214  
275 do interior e 532 da capital. Ou seja, ainda era um número relativamente baixo  
276 de proponentes do interior contemplados. Já no ciclo da PNAB, o cenário foi bem  
277 diferente por diversas razões. O Conselho já estava ativo, havia um diálogo mais  
278 constante com o interior e também tivemos a busca ativa, que colaborou muito  
279 para aumentar a participação do interior. Nesse ciclo tivemos 3.152 inscritos ao  
280 todo. Desses, 646 foram contemplados. Em relação às inscrições, tivemos 1.980  
281 da capital e 1.172 do interior, ou seja, um crescimento muito significativo da  
282 participação do interior em comparação ao que tínhamos na Lei Paulo Gustavo.  
283 Entre os contemplados, tivemos 323 da capital e 321 do interior. Ou seja,  
284 praticamente conseguimos atingir um equilíbrio próximo de 50%, com uma  
285 participação muito forte do interior e com as reservas de vagas sendo  
286 efetivamente ocupadas, o que não tinha ocorrido no edital anterior. Vou  
287 compartilhar agora com os senhores esses números, que já estão consolidados.  
288 Estou enviando o primeiro painel da PNAB e também o painel da Lei Paulo  
289 Gustavo, para que os senhores possam acompanhar melhor esse processo. Os  
290 editais atuais ainda estão em andamento, então ainda estamos consolidando  
291 esses números. No entanto, já temos um indicativo de que houve um montante  
292 menor tanto de participação quanto de contemplados nos editais mais recentes,  
293 possivelmente em razão da ausência de vagas reservadas que estavam  
294 previstas anteriormente e que não estiveram presentes nos editais de  
295 multilinguagem mais recentes e também nos editais do interior. Assim que  
296 tivermos todos os dados consolidados dos últimos editais, que foram os seis  
297 primeiros da Lei Cultura Viva, também vamos disponibilizar essas informações  
298 para os senhores e publicar no site. Como os senhores podem ver, essas



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

299 informações são disponibilizadas nos sites do Governo para que todos possam  
300 acompanhar o andamento e o crescimento da participação do interior nos editais  
301 e nas políticas públicas de fomento. É isso. Obrigado, presidente, conselheiro  
302 André. **Presidente:** Thiago, eu acessei agora e está pedindo o edital. Bem-vindo  
303 e informa os seus dados, usuário e senha. Convoco o administrativo para que  
304 pegue os arquivos, transforme em PDF. **Thiago Hermido:** Na edição do site,  
305 vou verificar aqui. Deixa eu conferir para ver se enviei o arquivo correto.  
306 **Presidente:** Para que possamos disponibilizar. Passo agora a palavra ao  
307 conselheiro Pedro Cacheado, que levantou a mão. Em seguida falará a  
308 conselheira Jordania e, depois, o conselheiro Dudson Carvalho. Apenas para  
309 registrar também. **Thiago Hermido:** Conselheiro, eu enviei os arquivos corretos.  
310 Aqueles que eu havia mandado antes eram de outro painel e não têm relação  
311 com o que estamos discutindo agora. **Pedro Cacheado:** O conselheiro Dudson  
312 já se sente contemplado com o questionamento? Essa é a pergunta que deve  
313 ser feita agora. **Dudson Carvalho:** Senhor presidente, primeiro agradeço a sua  
314 liderança hoje, em especial em uma situação que está bem complicada para  
315 mim. Daqui a pouco, mais tarde, daqui a aproximadamente quarenta minutos,  
316 vou precisar me retirar novamente. Só para esclarecer a ASPC e a todos os  
317 senhores conselheiros que eu não estou pedindo números. Eu apenas solicitei  
318 uma explicação acerca do formato que levou à mudança dessa leitura de  
319 projetos aprovados. O que me foi colocado é que esse formato foi retirado por  
320 conta da nossa deliberação, dos conselheiros, que retiraram a pontuação extra.  
321 O que eu quero é apenas uma explicação sobre isso, para que possamos  
322 modificar esse processo novamente e aprovar algo que garanta metade das  
323 aprovações para o interior e a outra metade para a capital. É simples assim. Os  
324 números são importantes, a entrega do conselho, as idas ao interior, a melhora  
325 no número de projetos inscritos e nas aprovações. Porém, neste caso específico,  
326 eu preciso apenas de uma explicação clara sobre qual foi o formato utilizado  
327 neste ano. Quando foi que perdemos o controle e deixamos que isso  
328 acontecesse, fazendo com que houvesse uma redução na aprovação de projetos  
329 do interior e impedindo uma divisão justa? É somente isso. Os números são bem-  
330 vindos, agradecemos por eles, mas queremos apenas a explicação: onde foi que  
331 erramos para que isso retrocedesse? Era isso, Pedro. Essa é a minha  
332 intervenção em relação à pauta que solicitei. **Presidente:** Conselheiro Dudson,  
333 eu agradeço a sua intervenção e vou pedir, em caráter de urgência, que a  
334 Assessoria possa trazer para nós essa informação. Eu também desconheço.  
335 Números ok, mas precisamos saber qual foi a metodologia adotada para chegar  
336 a esse resultado. Gostaria também de deixar registrado que, observando alguns  
337 segmentos, aparecem os seguintes números aproximados: na música, 11  
338 projetos para Manaus e 2 para o interior; no teatro, 28 para Manaus e 4 para o  
339 interior; na literatura, 11 para Manaus e 6 para o interior; nas artes visuais, 18  
340 para Manaus e 11 para o interior; no audiovisual, 13 para Manaus e 5 para o  
341 interior. Percebemos, portanto, que não houve a consideração da divisão meio



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

342 a meio. Conselheiro Pedro, eu agradeço e passo agora a palavra ao conselheiro  
343 Vanderley. E conselheiro Dudson, antes de o senhor sair para seu outro  
344 compromisso, pergunto ao senhor se ficou contemplado com a explanação da  
345 Assessoria ou se continuamos solicitando intervenções para uma explicação  
346 mais plausível, conforme vossa senhoria gostaria. **Dudson Carvalho:** Não, não  
347 estou contemplado nem um pouco. Eu apenas preciso saber quando mudamos  
348 o processo, por que mudamos o processo e onde foi que erramos. Se esse erro  
349 parte de nós, conselheiros, precisamos imediatamente rever esse processo.  
350 Quando me dizem que a cota do interior era por pontuação extra, eu não consigo  
351 absorver essa informação. Preciso que isso seja bem explicado para os  
352 senhores conselheiros, para que não sejamos cobrados nos municípios sobre o  
353 motivo de ter ocorrido uma queda tão grande na aprovação de projetos. Se  
354 tivermos uma regra que obrigatoriamente garanta 50% das vagas para o interior,  
355 isso será muito positivo. Mas, se for apenas por pontuação extra, é claro que  
356 isso provavelmente não vai acontecer. Penso que não vai alcançar esse objetivo.  
357 Precisamos continuar criando metodologias que possam contemplar o interior,  
358 para que os agentes culturais do interior consigam alcançar níveis de aprovação  
359 próximos aos da capital e, posteriormente, também avançar na qualidade desses  
360 projetos. Então é apenas isso que eu quero. Quero uma explicação sobre o que  
361 aconteceu para que fosse retirada essa divisão meio a meio que vinha sendo  
362 regra em vários editais. Portanto, não estou contemplado com a explicação  
363 apresentada pela ASPC. **Presidente:** Obrigado. Devemos considerar o fator  
364 Amazonas, conselheiro, o que implica também na importância da presença de  
365 nossos irmãos dos 62 municípios que compõem o Estado do Amazonas,  
366 considerando ainda a cidade de Manaus. Passo agora a palavra ao conselheiro  
367 Vanderley, até dois minutos. **Vanderley Pinheiro:** Boa tarde a todos,  
368 conselheiro André. Eu penso que a regra de 50% para o interior é uma regra  
369 fundamental para esses projetos da Secretaria. Esse dinheiro vem do Governo  
370 Federal, é importante deixar bem claro que não tem um centavo do Governo do  
371 Estado, é tudo recurso federal. Essa divisão de 50% para o interior era uma regra  
372 consolidada. De uma hora para outra, as coisas mudam. Já houve editais  
373 lançados sem consulta pública, sendo que a consulta pública também é uma  
374 regra da Política Nacional Aldir Blanc. A Secretaria passa por cima do Conselho,  
375 juntamente com a ASPC, e acaba empurrando decisões sem o devido debate.  
376 Foi por isso que aconteceu agora essa retirada dos 50% destinados ao interior.  
377 Isso me deixa muito magoado, porque só quem sabe a realidade do interior é  
378 quem vive lá. Eu já estive no interior e vi como é a carência e a dificuldade de  
379 fazer cultura nesses lugares. E a Secretaria, de uma hora para outra, muda a  
380 regra conforme a própria vontade. Quero que fique registrado que eu, como  
381 conselheiro do circo, sou favorável à regra de 50% em todos os editais da  
382 Secretaria de Cultura destinados ao interior. Isso é uma política pública de  
383 valorização de quem vive no interior. É muito mais fácil fazer cultura na capital,  
384 onde há internet e estrutura. No interior, muitas vezes se passa cinco, sete ou



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

385 até dez dias sem sinal de internet. Em alguns casos, as pessoas sequer  
386 conseguem submeter um projeto por causa dessas dificuldades. Fala-se muito  
387 em fator amazônico na Conferência Nacional de Cultura, mas aqui vemos  
388 medidas que acabam prejudicando o pessoal do interior. Peço que minha fala  
389 fique registrada. **Jordania Galdino:** Boa tarde a todos. Quero colaborar com a  
390 fala do conselheiro Dudson. Realmente gostaria de ouvir a ASPC para saber de  
391 onde surgiu essa definição, de onde foi tirada essa demanda. Se isso foi uma  
392 demanda formal, de onde partiu, se foi, por exemplo, resultado de algum relatório  
393 elaborado a partir da busca ativa. O que me chama atenção é que começaram  
394 a me questionar, principalmente em relação à minha cadeira, que é a de Teatro.  
395 Vou dizer aqui, com todo respeito ao pessoal do interior do Estado do Amazonas,  
396 que em quase todos os municípios estivemos presentes. Acredito que em cerca  
397 de 52 municípios, aproximadamente, tivemos alguma atuação. Então vou falar  
398 especificamente pela minha cadeira. O conselheiro André Durand mencionou  
399 que houve 28 projetos de Teatro em Manaus e dois do interior. É isso mesmo,  
400 conselheiro? Apenas para confirmar. **Presidente:** Conselheira, conforme o  
401 recorte que foi feito no estudo, um estudo bem apurado, foram contemplados em  
402 Manaus, nesses últimos editais, 28 projetos e quatro para o interior. **Jordania**  
403 **Galdino:** Certo, ótimo. É exatamente aí que eu quero chegar. Vou falar pela  
404 minha cadeira, a cadeira de Teatro, pois não posso afirmar em relação às  
405 demais. Quando estive no interior do Estado do Amazonas, fiz um levantamento  
406 sobre quantos grupos e profissionais da área de teatro existiam. Também não  
407 vou afirmar aqui se sou contra ou a favor de uma divisão de recursos de  
408 cinquenta por cento para o interior e cinquenta por cento para a capital. Vou falar  
409 por uma questão técnica e pela experiência de quem é fazedora de cultura há  
410 mais de trinta anos em atividades artísticas no Estado do Amazonas, no Brasil e  
411 na capital, Manaus. Na cadeira de Teatro temos uma demanda muito grande na  
412 capital e estamos passando por uma situação relacionada aos grupos de teatro  
413 de trajetória. Eu mesma sou oriunda de um grupo de teatro que no próximo mês  
414 completa cinquenta anos de atividades artísticas, o GRUTEC, muito conhecido  
415 pelos espetáculos da Paixão de Cristo. Sei que no interior existem grupos que  
416 também realizam espetáculos da Paixão de Cristo nas igrejas, pois muitos  
417 artistas iniciam sua trajetória nesses espaços. Eu mesma também comecei  
418 assim. O artista surge de algum lugar. Estou falando por vivência, por notório  
419 saber, não apenas como acadêmica, mas como fazedora de cultura. Temos uma  
420 grande demanda na capital na cadeira de Teatro. Fiquei muito satisfeita com os  
421 resultados apresentados, com cinco contemplações entre os vinte e oito projetos  
422 da capital. Observei lista por lista para identificar quem eram as pessoas  
423 contempladas. Não estou colocando a ASPC em questionamento, mas gostaria  
424 de saber de onde surgiu essa demanda, se foi a partir do número de pessoas  
425 que estão submetendo projetos. Quando se fala em distribuição de recursos para  
426 o interior, ainda dentro da cadeira de Teatro, não vejo essa quantidade de grupos  
427 ou artistas no interior. Estive recentemente em Barreirinha e não encontrei grupo



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

428 de teatro atuante. Conversei com a conselheira Lucimar sobre isso e mencionei  
429 a possibilidade de uma atuação conjunta com a Federação de Teatro do  
430 Amazonas, que é a entidade representativa da nossa cadeira. É uma entidade  
431 respeitada, com organização social consolidada e mais de quarenta anos de  
432 atividades artísticas no Estado do Amazonas, na capital Manaus, no Brasil e  
433 também internacionalmente, por meio do Festival de Teatro do Amazonas.  
434 Explico tudo isso para que compreendam o meu posicionamento. Se for para  
435 distribuir recursos para fazer teatro de qualquer forma, não concordo. Tenho  
436 recebido muitas reclamações na minha cadeira. Quando se fala em distribuição  
437 de recursos para o interior, não se considera necessariamente a realidade de  
438 cada cadeira. Na cadeira de Teatro não existe essa demanda toda no interior.  
439 Não venham dizer que existe porque isso não corresponde à realidade. Já fiz  
440 esse levantamento. Tenho um grupo de trabalho na área de teatro por meio do  
441 qual fiz diversas solicitações de informações no interior. Existem alguns grupos,  
442 como em Tefé e em algumas localidades que visitei, e essas pessoas também  
443 participam dos processos. No entanto, também existem pessoas tentando se  
444 infiltrar nas cadeiras com interesses inadequados, tentando barganhar recursos.  
445 Quero registrar isso aqui como denúncia. Se duas pessoas do interior foram  
446 contempladas e realmente desenvolvem atividades teatrais, isso precisa ser  
447 reconhecido. Eu sei quem são essas pessoas e sei que elas efetivamente fazem  
448 teatro no interior. Concluindo, essas pessoas contempladas no interior realmente  
449 fazem teatro. Quanto aos vinte e oito projetos da capital, sabemos quem são os  
450 proponentes e reconhecemos essa realidade. Precisamos sentar e discutir isso  
451 no Conselho, assim como fizemos no edital de Mestres de Saberes, quando  
452 houve uma grande demanda tanto da capital quanto do interior. Mesmo assim,  
453 não conseguimos contemplar todos devido a questões burocráticas. Precisamos  
454 ampliar a demanda e fortalecer nossas ações para que o Ministério da Cultura  
455 reconheça que, no Estado do Amazonas, existem fazedores de cultura que  
456 realmente produzem arte. Sempre que houver distribuição de recursos, é  
457 necessário verificar de onde vem. Então, para terminar, a gente precisa entender  
458 isso. Eu quero fazer para a ASPC a mesma pergunta que o Dudson colocou: de  
459 onde vocês tiraram a retirada desses 50%? Sinceramente, na minha cadeira eu  
460 achei que isso foi contemplado, sim, porque eu sei qual é a demanda da minha  
461 cadeira e sei quem são as pessoas que realmente fazem teatro. O que nós  
462 estamos enfrentando é um problema com os grupos de teatro de trajetória,  
463 porque a verba não está chegando para esses grupos de teatro. Estou falando  
464 dos grupos de teatro de trajetória. O restante está normal, mas isso já é outra  
465 situação, é outra discussão que a gente pode tratar mais à frente. Obrigada.  
466 **Presidente:** Obrigada, conselheira. Que a senhora reassuma novamente o  
467 papel de secretária. Apenas para registrar que o tempo de fala é de dois minutos  
468 para cada intervenção. Passo agora a palavra para a conselheira Lucimar. Na  
469 sequência falarão o conselheiro Pedro e o conselheiro Elson. Conselheira  
470 Lucimar Marques, do município de Barreirinha. Conselheira Jordania, pode



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

471 baixar a mão, por favor. Seja bem-vindo, Paulo Holanda. Conselheira Lucimar,  
472 por favor, está nos ouvindo? Farei uma inversão até o retorno dela e passo a  
473 palavra para a conselheira da região norte, no município de Barreirinha, Lucimar  
474 Marques. **Lucimar Marques:** Boa tarde a todos. Saúdo todos os meus colegas  
475 conselheiros, tanto titulares quanto suplentes, e também os convidados. Que  
476 bom conselheiro Dudson, que o senhor trouxe essa pauta. Não consegui  
477 entender muito bem a fala da conselheira Jordania por causa de uma falha na  
478 internet, então vou ser breve antes que a conexão caia novamente. Essa questão  
479 dos 50% para Manaus e 50% para o interior foi uma conquista, uma luta de todos  
480 nós conselheiros, ainda na época do secretário Marcos Apolo. Peço ao  
481 administrativo e à ASPC que procurem nos arquivos do Conselho as atas,  
482 porque isso está registrado lá e foi aprovado por nós. Agora, como todos estão  
483 questionando, eu gostaria de saber em que momento isso mudou e quem  
484 autorizou essa mudança? O interior, nesse último edital da PNAB 2, o interior foi  
485 penalizado, muito penalizado. Nós queremos voltar para que se restabeleça  
486 cinquenta por cento para a capital e cinquenta por cento para o interior. A capital  
487 já possui seus recursos e seus milhões na cultura. Para o interior chega muito  
488 pouco. Para os municípios chega alguma coisa, mas ainda é pouco. Não se pode  
489 dizer que não existe cultura no interior. Se não existe, então vamos criar e  
490 fortalecer. Não é para isso que estamos aqui como conselheiros? Aqui em  
491 Barreirinha não existe um grupo estruturado de teatro, mas temos grupos que  
492 realizam a Paixão de Cristo, temos as pastorinhas. As pastorinhas também é  
493 uma forma de teatro, um teatro a céu aberto. Vamos trabalhar e fortalecer isso.  
494 Os projetos servem justamente para instituir políticas públicas culturais. Então  
495 peço a ajuda e a colaboração, como conselheira do interior, artista a mais de 15  
496 anos. Precisamos que volte a divisão de cinquenta por cento para o interior e  
497 cinquenta por cento para a capital. Um não tira a vaga do outro. Da forma como  
498 está agora, há uma desigualdade muito grande. A Lei Aldir Blanc não foi criada  
499 para isso. O recurso não está chegando na ponta, está ficando sempre nas  
500 capitais. Por isso peço o apoio dos nobres colegas para que possamos  
501 restabelecer cinquenta por cento para a capital e cinquenta por cento para o  
502 interior. Um abraço também ao meu colega Geliel. Obrigada. **Presidente:**  
503 Obrigada, conselheira Lucimar. Em relação à sua fala, apenas para deixar  
504 registrado, podemos situar melhor essa questão para entender o que aconteceu,  
505 porque quando aprovamos o Plano de Aplicação de Recursos (PAR) havia a  
506 possibilidade de discutirmos novamente esse tema posteriormente. Passo agora  
507 a palavra ao ilustríssimo senhor da cadeira de Audiovisual, Pedro Cacheado.  
508 **Pedro Cacheado:** Oi boa tarde, primeiro queria agradecer à Anne e ao Thiago  
509 Porque acho que toda informação baseada em dados ela é mais precisa e a  
510 gente tem uma necessidade de ter esses dados com certa antecedência, eu  
511 entendo que alguns dados demoram a ser computados, já que a Secretaria não  
512 tem órgão específico para isso, mas, o que a gente enxerga, com esses dados,  
513 é o quanto foi importante o processo de busca ativa que foi feito no ano de 2024,



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

514 não é? E aí, dei uma olhada nesse atual painel e, a gente vê que existem  
515 municípios que, inclusive, não conseguem ser contemplados. Quero responder  
516 à pauta, porque lá na 38ª sessão, nós já falamos sobre isso. Na ocasião  
517 perguntamos a respeito dos dados e sobre esse acordo de cavalheiros dos 50%.  
518 Esse acordo não está registrado em momento algum, em lugar nenhum. Faço  
519 minha culpa e acho que precisamos sim olhar para isso com atenção. Os editais  
520 passaram pelo nosso crivo. Esses editais de multilinguagens, especificamente  
521 os que estamos discutindo agora com base nos dados apresentados pelo  
522 conselheiro André Durand, não traziam essa divisão de cinquenta por cento  
523 estabelecida no edital. Vejam, essa foi uma política adotada pela Secretaria no  
524 passado, mas em nenhum momento ela está especificada em nenhum plano de  
525 ação ou documento formal. Também não houve votação específica em reunião  
526 estabelecendo que todo edital ou todo recurso deveria obrigatoriamente ser  
527 dividido em cinquenta por cento para capital e cinquenta por cento para o interior.  
528 O que aconteceu neste ciclo dois? O critério utilizado foi o ranqueamento por  
529 pontuação. Inclusive havia previsão de pontuação extra, uma vaga extra, para  
530 quem obtivesse a maior nota dentro de cada segmento. É por isso que os dados  
531 aparecem da forma como estão, é por isso que o interior acabou tendo menos  
532 vagas que a capital. Então, é muito importante que possamos ler os processos  
533 com antecedência. O Plano de Aplicação de Recursos seja discutido junto com  
534 o Conselho, para que todo esse debate amadurecido chegue até nós com tempo  
535 suficiente para análise. O que estamos vendo aqui é que, mesmo quando existe  
536 uma divisão prevista de vagas, o interior muitas vezes não consegue atingir o  
537 total dessas vagas. Portanto, precisamos assumir também essa  
538 responsabilidade. O Conselho confiou que uma política que vinha sendo  
539 aplicada anteriormente seria continuada, mas isso não ocorreu neste último  
540 certame. Essa é a minha contribuição. Aproveito também para agradecer  
541 novamente ao Thiago e à Anne. E deixo aqui novamente um ponto: precisamos  
542 de tempo para ler e debater as questões. Não é possível elaborar editais de  
543 forma apressada, nem em ano eleitoral, nem em qualquer outro momento. Essa  
544 é a minha fala. Obrigado. **Jordania Galdino:** Parabéns pela sua fala,  
545 conselheiro. **Presidente:** Obrigado, conselheiro Pedro. Apenas para registrar,  
546 precisamos discutir qual metodologia continuada poderemos adotar diante  
547 desses novos editais, considerando também o que tem sido preconizado em  
548 nível nacional, conforme a fala da conselheira Lucimar sobre políticas voltadas  
549 ao interior. Gostaria agora de conceder dois minutos de fala ao conselheiro que  
550 atua na área de Folclore e Carnaval, uma pessoa muito conhecida no meio junino  
551 e que tem contribuído para o fortalecimento dessas manifestações culturais.  
552 Refiro-me ao conselheiro Elson Rocha, conselheiro estadual e também  
553 integrante do Conselho Nacional. **Elson Rocha:** Olá, pessoal. Bom dia, boa  
554 tarde, boa noite. Essa pauta foi uma pauta que eu levantei na época da Lei Paulo  
555 Gustavo, em uma reunião da nacional [Conselho Nacional de Política Cultural  
556 (CNPC)], e que depois conseguimos trazer para a esfera estadual. Quando eu



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

557 vejo as pessoas perguntando 'onde foi que erramos?', eu digo: erramos por não  
558 discutir o edital, erramos por não fazer escuta, por não realizar nenhuma escuta  
559 pública. Os editais sempre foram para a rua de forma muito rápida, chegando às  
560 nossas mãos sem que tivéssemos tempo suficiente para ler. Quando vejo as  
561 pessoas cobrando agora, percebo que também são situações para as quais nós  
562 mesmos contribuímos, porque acabamos aceitando esse processo dessa forma.  
563 Tudo isso aconteceu também por responsabilidade dos próprios conselheiros,  
564 que permitiram que o processo seguisse do jeito que o poder público quis  
565 conduzir. E aqui eu não quero culpar a equipe técnica. Pelo contrário, parabeno  
566 pelas informações e pelos dados apresentados. Mas a responsabilidade é  
567 literalmente deste Conselho, que muitas vezes simplesmente deixa as coisas  
568 acontecerem. Se tivéssemos realizado escutas com o interior e com a capital,  
569 dificilmente o resultado teria sido esse. Agora estamos diante de um fato  
570 consumado. Pode-se dizer que é chorar pelo leite derramado, mas precisamos  
571 reconhecer que somos totalmente responsáveis por isso ter acontecido. Mais  
572 uma vez reforço: edital precisa passar pelo Conselho. Qualquer adiamento  
573 também precisa passar pelo Conselho. Eu não vejo muitas pessoas falando  
574 disso aqui, mas nos grupos privados há muitas reclamações sobre por que antes  
575 este Conselho tinha independência e hoje parece não ter mais. Antes, até  
576 mesmo aquelas notas publicadas na página da Secretaria passavam pelo  
577 Conselho. Hoje não passam mais. E isso começa a incomodar justamente as  
578 pessoas que mais contribuíram para que esse processo chegasse a esse ponto.  
579 Tudo precisa passar por este Conselho. Quando uma informação vai  
580 diretamente para as redes sociais sem passar por aqui, está errado. E nós  
581 também estamos errados quando permanecemos calados diante disso. Se  
582 continuarmos assim, isso vai continuar acontecendo. Se tivesse havido escuta,  
583 como orienta a PNAB, dificilmente teríamos cometido esses erros, e  
584 provavelmente a equipe técnica também não teria cometido. Por fim, lembro que  
585 a independência do Conselho não significa fazer oposição a alguém.  
586 Infelizmente, quando alguém questiona, muitas pessoas passam a enxergar isso  
587 como oposição ou como inimizade. Essa interpretação está completamente  
588 equivocada dentro de um processo democrático de conselho. Obrigado.  
589 **Presidente:** Obrigado, conselheiro Elson. Após a fala da ASPC, retornarei aqui  
590 à condução. Já foram feitas as explicações e todos tiveram seu tempo para  
591 discutir. Vamos agora passar para a segunda pauta, que é a apresentação de  
592 todas as denúncias feitas pelos proponentes em todos os editais. Serão  
593 concedidos dez minutos para a apresentação e para eventuais manifestações  
594 durante esse momento. Passo agora a palavra à ASPC para conduzir essa parte.  
595 **Anne Paiva:** Vou novamente compartilhar a minha tela, só um instante. Vou falar  
596 um pouquinho sobre o procedimento de denúncias nos editais do segundo ciclo  
597 da PNAB, especialmente, o Território Criativo, Circulação Cultural e Fomento  
598 Cultural de Multilinguagens. Por que estou fazendo isso? Porque esse  
599 procedimento mudou um pouco em relação a como tratamos o primeiro ciclo da



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

600 PNAB. Então, acho que é interessante todos tomarem ciência de como é que ele  
601 funciona. Vamos lá, antes de mais nada, para que que serve o procedimento de  
602 denúncias? Eu coloquei na apresentação de forma simplificada: “Garantir a  
603 lisura, transparência e o cumprimento das regras do edital”. E a ideia dele, o foco  
604 dele, a obrigação dele é: “Apurar possíveis irregularidades ou fraudes cometidas  
605 por proponentes inscritos”. E aí, eu cito o que diz no texto do edital: “15.6.  
606 Durante a execução das etapas do presente edital, qualquer pessoa poderá  
607 apresentar denúncia formal acerca de possíveis irregularidades, ilegalidades,  
608 fraudes, conflitos de interesse, descumprimentos de critérios do edital, ou  
609 qualquer outra situação que comprometa a lisura do processo seletivo.” Esse é  
610 o texto que está nos três editais do segundo ciclo. Vamos lá. O que não  
611 consideramos como denúncia? Dúvidas, por exemplo: “Ah, como é que a  
612 Comissão calculou a nota?” “Como é que a Comissão avaliou o portfólio de  
613 fulano?”. Isso não é analisado, dúvidas sobre metodologia, de como é feito o  
614 processo dentro dos editais, isso não é analisado como denúncia; Insatisfação  
615 com notas, por exemplo: proponentes reclamando por terem tirado nota baixa,  
616 querendo uma reavaliação por não concordar com o posicionamento do  
617 avaliador, isso também não é considerado denúncia. Ainda, solicitação de  
618 documentos de terceiros, por exemplo: “Ah, estou no cadastro reserva, o fulano  
619 está como classificado e eu quero ver o projeto dele, eu quero ver os documentos  
620 dele”. Isso também não é considerado como denúncia. E ainda, ataques  
621 pessoais: relatos de problemas que se teve, fulano que ele sempre é..., enfim,  
622 alguma questão, brigas que não tenham relação com infração às regras do edital,  
623 isso também não é considerado denúncia. Como é o rito processual, ou seja,  
624 como é o caminho da denúncia? Como é que a denúncia é trabalhada?  
625 Conforme está escrito no edital aprovado pelos senhores. Ela deve ser  
626 formalizada por escrito e enviadas pelo endereço eletrônico:  
627 [denuncia.edital@cultura.am.gov.br](mailto:denuncia.edital@cultura.am.gov.br) e, ela deve conter, obrigatoriamente, essas  
628 informações que estão solicitadas abaixo. Primeiro, endereço eletrônico correto;  
629 o assunto tem que ser: “Denúncia edital tal”; tem que ter o agente cultural  
630 denunciado, o nome dele conforme publicação, pessoa física ou pessoa jurídica;  
631 o nome do projeto denunciado tem que estar exposto; dizer qual é a descrição  
632 clara e objetiva dos fatos denunciados, tem que dizer de forma clara o que está  
633 sendo denunciado; ainda, indicar quais são os itens do edital que estão sendo  
634 descumpridos, o que é que aquela pessoa está descumprindo na hora da  
635 denúncia e; ainda, ter uma apresentação de documentos, provas ou indícios que  
636 fundamentem a denúncia. Denúncia que apenas é colocada lá, mas não tem  
637 uma apresentação de prova, ela não é recebida. Depois da apresentação da  
638 denúncia, é feito previamente um juízo de admissibilidade. O que é isso? É  
639 analisada aquela denúncia de forma objetiva e, se ela não conseguir ter todos  
640 os requisitos estabelecidos nos critérios apresentados para vocês, não vai ser  
641 conhecida. Então, o denunciante, o comunicante vai receber um e-mail dizendo  
642 que aquela denúncia não foi recebida, não foi conhecida e aquele arquivo vai



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

643 sofrer um arquivamento. Para a denúncia ser conhecida é preciso preencher  
644 todos os requisitos do edital e ser investigada. Ela não vai ser conhecida quando  
645 ela falhar em regras obrigatórias. E aí, o que vai acontecer com ela? Ela vai ser  
646 sumariamente arquivada. Tem alguns casos que a pessoa ela faz o  
647 questionamento como se fosse na denúncia, e aí, a gente não recebe como  
648 denúncia, a gente responde dizendo que está sendo analisado como 'solicitação  
649 de informações' e é analisado e depois passado para a pessoa, ela não recebe  
650 a informação de aquilo se trata de denúncia. Quais são os maiores motivos de  
651 não ter o conhecimento, não ser recebida uma denúncia? Novamente,  
652 reclamações generalizadas sem citar um projeto específico, por exemplo: "Ah,  
653 esse edital tem muita roubalheira", as vezes recebemos muito e-mail assim, isso  
654 é uma denúncia que não é recebida; pedidos de esclarecimentos sobre  
655 metodologia da comissão; e, ainda, acusações vazias sem materialidade. O que  
656 é isso? Acusações vazias sem provas. Cadê a prova? Não tem prova. Depois  
657 que é recebida essa denúncia, coloca-se como cita o item 15.7.2, texto retirado  
658 do edital: "Da denúncia conhecida será gerado processo administrativo na  
659 Unidade Gestora 020701 – Fundo Estadual de Cultura e enviado a Assessoria  
660 de Políticas Culturais para convocação das partes envolvidas para manifestação  
661 por escrito, em observância ao contraditório e ampla defesa, pelo e-mail oficial  
662 cadastrado no ato de inscrição. O prazo para manifestação será de até 3 (três)  
663 dias úteis."; 15.7.3 "Após a manifestação das partes, o processo será  
664 encaminhado à Assessoria Jurídica para conhecimento e parecer na forma da  
665 lei.". Deverá ser observado que eu incluí, apesar de não ter inscrito no edital,  
666 para resguardo e obtenção de mais informações, solicitamos ao Instituto  
667 Trocando Ideias, um parecer para que quando o Conselho for analisar as  
668 denúncias, seja verificado que dentro do processo também há uma manifestação  
669 do referido Instituto. Após isso, encaminha-se ao jurídico e eles providenciam o  
670 parecer. Depois do parecer jurídico, o que vai acontecer? Aqui entra o trabalho  
671 do conselheiros estaduais de cultura. Envia-se o processo ao Conselho, após  
672 parecer jurídico, para conhecimento e deliberação, com isenção e sem conflito  
673 de interesse, ou seja para análise de forma isenta, sem parcialidade. Após a  
674 análise técnica realizada tanto pela Secretaria quanto pelas áreas responsáveis  
675 pela averiguação, caso seja necessário proceder com alguma diligência ou  
676 solicitação de documentação adicional, essa solicitação será enviada por meio  
677 de e-mail, utilizando o trâmite administrativo do Conselho. Lembrando que é  
678 sempre necessário observar as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados  
679 Pessoais (LGPD). Depois de todas essas análises e de eventuais pedidos de  
680 documentação extra solicitados pelos conselheiros, o processo será deliberado  
681 pelo pleno do Conselho Estadual de Cultura. No caso de discordância em  
682 relação ao parecer jurídico, é necessário que os senhores apresentem os  
683 fundamentos que justificam essa discordância. Caso a denúncia seja  
684 considerada procedente, ou seja, caso ela seja aceita, poderão ser adotadas  
685 medidas como a desclassificação do projeto, entre outras providências que os



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

686 senhores considerarem necessárias. Se a denúncia for considerada  
687 improcedente, ou seja, não for aceita, o processo será arquivado com a devida  
688 justificativa. Após a decisão do Conselho, o resultado será comunicado ao  
689 denunciante e ao denunciado. Ressalta-se que essas análises de denúncias  
690 tramitam em sigilo, portanto a comunicação será feita apenas às partes  
691 envolvidas. Os senhores conselheiros também deverão manter o sigilo sobre  
692 essas situações, da mesma forma que os servidores públicos fazem durante o  
693 processo administrativo. Também é importante lembrar que, em caso de  
694 denúncia falsa, leviana ou realizada de má-fé, poderá haver responsabilização  
695 civil, administrativa ou criminal. Isso significa que a situação pode gerar processo  
696 criminal, processo administrativo ou processo cível. Resumindo o procedimento  
697 de denúncias nessa nova etapa de editais: primeiro ocorre o recebimento da  
698 denúncia e a análise de admissibilidade, quando são verificados os requisitos  
699 formais pela Assessoria de Políticas Culturais. Em seguida ocorre a notificação  
700 e a apresentação de defesa. A Assessoria de Políticas Culturais notifica o  
701 denunciado, que possui prazo regulamentar de três dias úteis para apresentar  
702 sua manifestação. Depois disso, o processo é encaminhado para manifestação  
703 técnica do órgão responsável. Em seguida é encaminhado para o setor jurídico  
704 da Secretaria para avaliação legal. Após essa etapa, o processo é encaminhado  
705 ao Conselho Estadual de Cultura para a deliberação final. Entre as denúncias  
706 mais comuns estão: proponentes que supostamente não residem no Amazonas;  
707 proponentes que se inscrevem inicialmente em ampla concorrência e depois  
708 migram para cotas, seja cota racial ou cota para pessoa com deficiência;  
709 proponentes com problemas de habilitação; CNPJ com irregularidades; CNPJ  
710 com tempo de abertura inferior ao exigido; casos em que há registro como MEI  
711 participando de modalidade em que não poderia; ou outros descumprimentos  
712 das regras do sistema de inscrição. Neste momento vou apresentar apenas os  
713 números dos processos, porque esta é uma reunião pública e há pessoas  
714 externas ao Conselho acompanhando. Estamos registrando todas essas  
715 informações em uma planilha que é constantemente atualizada. Atualmente  
716 existem quatorze processos de denúncia em tramitação na Secretaria. Dois  
717 deles estão destacados em vermelho, que são os processos já prontos para  
718 encaminhamento ao Conselho Estadual de Cultura, para análise e posterior  
719 votação pelos senhores. No entanto, estamos aguardando que outros processos  
720 também sejam finalizados para que possamos encaminhar um volume maior de  
721 casos ao Conselho e realizar uma votação única em uma reunião administrativa.  
722 Os processos destacados em azul já estão no setor jurídico da Secretaria,  
723 aguardando parecer. Os processos em verde foram encaminhados para  
724 manifestação técnica do setor responsável e aguardamos o retorno dessas  
725 análises. No primeiro processo listado, o denunciado encaminhou a sua resposta  
726 com diversos documentos, porém dois desses documentos estavam  
727 corrompidos. Solicitei o reenvio dos arquivos e estou aguardando essa nova  
728 documentação. Esses são os processos de denúncia que atualmente estão em



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

729 tramitação. O próximo passo seria marcar uma reunião administrativa para a  
730 votação dessas denúncias. No entanto, é importante que os senhores avaliem  
731 se desejam aguardar que mais processos sejam finalizados, para que possamos  
732 deliberar sobre um número maior de casos de uma só vez. Considerando que  
733 atualmente temos quatorze processos, se forem analisados apenas dois por  
734 reunião, isso poderia resultar em várias reuniões sucessivas. Por isso deixo essa  
735 reflexão para os senhores conselheiros. Muito obrigada. **Presidente:** Obrigada  
736 doutora Anne. Só para questão de esclarecimento, eu pergunto a Vossa  
737 Senhoria, se esses [processos] que estão em amarelo estão dentro do prazo  
738 previsto, os três dias corridos, ou vocês abriram um prazo para que ele  
739 entregasse esses documentos que, porventura, tenham sido corrompidos? E, se  
740 em caráter de urgência, vocês conseguiriam pelo menos, já que são 14 e só tem  
741 4 para tentarmos resolver, se vocês conseguiriam fazer uma força tarefa para 3  
742 e convocarmos a administrativa para avaliarmos os sete e ficariam pendentes  
743 mais sete. Só para questão de esclarecimento. **Anne Paiva:** Em relação ao seu  
744 primeiro questionamento, o denunciado entregou a documentação dentro dos  
745 três dias úteis e eu não sei se foi por problemas de computador na Secretaria ou  
746 se foi no computador dele, ele enviou cerca de 6 arquivos e desse 6 arquivos, 2  
747 não conseguimos abrir por algum problema de sistema, alguma coisa deve ter  
748 acontecido ou simplesmente o arquivo se corrompeu e nós solicitamos que ele  
749 encaminhasse novamente, inclusive, enquanto estava falando aqui para senhor,  
750 eu abri o e-mail e vi que ele já encaminhou o arquivo corrompido. Então, vou  
751 alterar aqui na planilha. Em relação a essas análises, são 2 [processos] que  
752 estão prontos para os senhores analisarem, dois prontos para a votação. Os  
753 outros estão com pendências no [setor] jurídico e outros estão com pendências  
754 no [Instituto] Trocando Ideias. Os que estão mais próximos, considerando o rito,  
755 para os senhores analisarem, são esses que estão pendentes no jurídico. O que  
756 eu posso fazer é solicitar do jurídico para eles darem uma celeridade maior e  
757 esperar eles me retornarem e eu consigo informar para os senhores enquanto  
758 tempo eles conseguem analisar pelo menos mais 5 para fazermos [análise de]  
759 7. **Presidente:** Certo. Então eu solicito, em caráter de urgência, essa  
760 possibilidade. Lembro que os senhores, sem consultarem o Conselho,  
761 transferiram o resultado para amanhã, dia 9. Diante disso, pergunto como ficará  
762 a situação em relação a esses processos que ainda estão tramitando e que o  
763 Conselho precisará analisar, porque certamente isso poderá gerar alterações no  
764 resultado final. Gostaria que a senhora prestasse esse esclarecimento aos  
765 conselheiros presentes. Aproveito também para agradecer a presença  
766 expressiva da sociedade civil nesta reunião, que é muito importante para que  
767 todos compreendam como ocorre esse processo de aprimoramento das políticas  
768 públicas de cultura no Estado do Amazonas, especialmente considerando os  
769 editais em âmbito nacional. Registro também esse momento importante para a  
770 cultura brasileira, com as políticas públicas implementadas pelo Governo  
771 Federal, sob a presidência do presidente Lula e com a ministra da Cultura,



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

772 Margareth Menezes. **Anne Paiva:** Respondendo ao senhor, o procedimento  
773 seguirá da mesma forma que ocorreu em editais anteriores. Talvez os senhores  
774 se recordem de que, mesmo após a divulgação do resultado final, o Conselho  
775 ainda analisou denúncias. Em alguns casos, considerando as decisões tomadas  
776 pelos senhores conselheiros, houve situações em que o proponente precisou  
777 extinguir o contrato. Isso significa que, caso alguém venha a ser contemplado e  
778 posteriormente seja denunciado, e a denúncia seja considerada procedente  
779 pelos senhores, poderão ocorrer algumas situações. Se a pessoa já tiver  
780 recebido o recurso, ela deverá devolver o valor recebido. Caso ainda não tenha  
781 assinado o contrato, o contrato não será firmado e será convocado o projeto da  
782 lista de reserva ou outro procedimento equivalente. Se o contrato já tiver sido  
783 assinado, mas o recurso ainda não tiver sido repassado, o contrato será  
784 rescindido. **Presidente:** Certo. Gostaria de esclarecer mais uma questão. A  
785 senhora mencionou, na apresentação, a situação relacionada aos CNPJs. O  
786 edital é bastante claro sobre esse ponto e, inclusive, o mesmo e-mail indicado  
787 no edital para envio de denúncias tem sido utilizado pelos denunciantes. Em  
788 algumas devolutivas feitas por vocês, houve indicação de que talvez aquele não  
789 fosse o e-mail adequado para esse tipo de comunicação. Então gostaria de  
790 entender: quando se trata, por exemplo, da verificação de CNPJs, especialmente  
791 no caso da exigência prevista no edital de que a pessoa jurídica tenha pelo  
792 menos dois anos de abertura quem é responsável por essa averiguação?  
793 Compete à Assessoria de Políticas Culturais, ao Instituto responsável pela  
794 execução ou a ambos, nessa troca de informações que posteriormente chega ao  
795 Conselho? Faço essa pergunta apenas para que fique devidamente registrado,  
796 já que na apresentação da senhora apareceu essa questão do CNPJ com menos  
797 de dois anos de abertura. **Anne Paiva:** Em relação à verificação do CNPJ e ao  
798 período de abertura da pessoa jurídica, essa documentação está sendo  
799 analisada justamente nesta fase do processo. Portanto, quando o resultado for  
800 divulgado, essa verificação já terá sido realizada e essa informação já estará  
801 considerada no resultado. **Presidente:** Obrigado, doutora. Gostaria então de  
802 pedir atenção dos conselheiros, porque vamos colocar em regime de votação  
803 uma proposta apresentada pela conselheira Lucimar, que trata da retomada da  
804 pauta referente à divisão de cinquenta por cento para a capital e cinquenta por  
805 cento para o interior. Pergunto se todos estão aptos a votar sobre essa questão.  
806 Daqui a pouco precisaremos acelerar um pouco as demais pautas, mas  
807 considero importante colocar essa matéria em votação, especialmente  
808 considerando também a fala do conselheiro Dudson sobre essa divisão de  
809 cinquenta por cento. Conselheira Lucimar, registro aqui a sua proposição e abro  
810 a palavra para que a senhora possa apresentar novamente seus argumentos  
811 antes de iniciarmos o processo de votação. **Vanderley Pinheiro:** Conselheiro  
812 André, o senhor está sobrepondo uma pauta aí? **Jordania Galdino:** Eu também  
813 acho. Eu não estou entendendo essa votação. **Presidente:** Não, eu concordo  
814 com vocês. Realmente essa votação deveria ter sido feita no primeiro momento



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

815 da discussão. O que aconteceu foi que a conselheira Lucimar estava com  
816 problema de internet e a mensagem dela chegou depois das 16h31, que é o  
817 horário de Brasília. Para nós aqui seria 15h31. Por isso estou trazendo agora  
818 essa questão para que possamos colocar em votação. **Jordania Galdino:**  
819 Presidente, o senhor pode me conceder um aparte? Sobre essa questão que  
820 está sendo colocada, eu ainda não fiquei convencida com o esclarecimento que  
821 o conselheiro Dudson apresentou anteriormente. De onde surgiu a questão da  
822 retirada dos 50% para a capital e 50% para o interior e ficou essa dúvida, de  
823 onde saiu? A doutora Anne explicou sobre a questão das denúncias, aí o André  
824 está querendo abrir regime de votação para votar sobre os 50% e eu não sei.  
825 Vocês entraram com a questão dos dados, que eu acho muito pertinente sim, de  
826 acordo com a fala do conselheiro Pedro Cacheado, quando ele menciona a  
827 necessidade de trazer dados precisos, eu volto a falar novamente sobre isso.  
828 Peço muito cuidado aos conselheiros quando forem falar de qualquer cadeira.  
829 Esse tipo de afirmação de que não existe teatro na capital precisa ser tratada  
830 com responsabilidade. Não se trata disso. O conselheiro Paulo Holanda está  
831 presente e sabe disso. Ele é professor, mestre e técnico na área. Já tivemos uma  
832 audiência pública discutindo exatamente a questão das cadeiras, porque muitas  
833 vezes as pessoas acabam querendo se sobrepor aos segmentos representados.  
834 Conselheira Lucimar, com todo respeito, foi a senhora quem mencionou essa  
835 situação. Quando se diz, por exemplo, que pastorinhas fazem teatro, é preciso  
836 ter cuidado. Não é exatamente assim. Existe uma questão técnica. Uma coisa  
837 são as pastorinhas dentro da cultura popular, que pertencem à cadeira da cultura  
838 popular. Outra coisa é o teatro como linguagem artística específica. São campos  
839 diferentes. Da mesma forma acontece com artes visuais e outras linguagens.  
840 Cada segmento possui suas especificidades. Se não respeitarmos os limites e  
841 as características de cada cadeira, acabamos entrando em áreas que não  
842 correspondem à representação de cada conselheiro. Se estou aqui eleita para  
843 representar a minha cadeira, vou defendê-la com firmeza. Eu conheço a  
844 demanda da minha categoria, das pessoas que atuam na área. Também  
845 participo de outras linguagens culturais, mas não me sobreponho às outras  
846 áreas. Sempre deixo claro que minha primeira atuação é no teatro. As outras  
847 atividades que realizo são complementares. Se sou atriz e atuo no cinema, ou  
848 participo de dança, ou de outras linguagens, isso não muda o fato de que minha  
849 área principal é o teatro. Essa situação também está afetando a Comissão  
850 Eleitoral, da qual faço parte. O presidente Elson tem enfrentado essa discussão  
851 dentro da Comissão, tentando lidar com as questões relacionadas às cadeiras e  
852 à representação dos segmentos. Ainda não conseguimos resolver  
853 completamente esse problema. Por isso peço novamente muito cuidado nas  
854 falas. Eu não vou admitir que haja sobreposição de cadeiras ou de segmentos.  
855 É preciso respeitar cada área. Uma coisa é conhecer as linguagens; outra coisa  
856 é ocupar ou falar por uma cadeira sem realmente pertencer a ela ou sem ter  
857 trajetória naquele segmento. Há pessoas que estão se colocando em



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

858 determinadas cadeiras sem realmente serem daquele campo. Se alguém se  
859 sentir atingido por essa fala, cabe a cada um refletir. Eu não vou me sobrepor às  
860 outras cadeiras e também não vou aceitar que façam isso com a minha. E deixo  
861 registrado, conselheiro André, que se essa votação for colocada dessa forma,  
862 eu não estarei de acordo. A Assessoria de Políticas Culturais ainda não  
863 respondeu de onde surgiram esses dados apresentados, nem como foi feita essa  
864 comparação. Como eu mencionei, houve vinte e oito contemplados da capital e  
865 quatro do interior na cadeira do teatro. Eu sei quem são essas pessoas. Elas não  
866 são fantasmas, não surgiram do nada. São pessoas reais, artistas com trajetória.  
867 Estou falando especificamente da minha cadeira, da área de teatro. Por isso  
868 peço mais respeito nesse debate. E deixo claro que, se for necessário, voltarei  
869 a abrir o microfone para tratar novamente desse assunto. Obrigada. **Pedro**  
870 **Cacheado:** Questão de ordem. **Presidente:** Tudo bem, conselheiro Pedro.  
871 **Pedro Cacheado:** Primeiro a gente estava em uma pauta. E aí o senhor deu  
872 uma justificativa. Me perdoe, mas foi uma sugestão equivocada no momento  
873 errado. A gente acabou de perder tudo o que foi explicado aqui pela doutora  
874 Anne. E aí, assim, o que eu acho que deve ser feito agora? Se essa é uma  
875 sugestão de votação, ela deveria ir para o final da pauta ou então ser colocada  
876 no momento antes de encerrar a reunião, quando o senhor chamar novamente  
877 a pauta. Agora a gente precisa concluir as pautas, porque senão isso vai virar  
878 um cambalacho. Vai ficar ruim para todo mundo e a gente não vai conseguir  
879 raciocinar. A discussão acaba retrocedendo e a gente não consegue avançar.  
880 Essas sugestões de votação precisam surgir durante a discussão da pauta.  
881 Então, explicando mais uma vez, a gente deixou isso passar, dos 50% não  
882 estarem nos editais. Obrigado. **Presidente:** Obrigado, conselheiro. Então vamos  
883 levar essa questão para o final da pauta. Conselheiro Dudson, pode falar.  
884 **Dudson Carvalho:** Presidente, estou online. Como foi uma pauta que eu trouxe,  
885 concordo que ela possa ser colocada em outro momento para votação. Mas eu  
886 gostaria de lembrar de uma coisa: quando se fala em adentrar a cadeira dos  
887 outros, não precisa ser dessa forma. Pode-se votar a aprovação de um  
888 indicativo. A ideia é que a cadeira que tiver interesse em dividir por capital e  
889 interior possa discutir isso agora, mas que não seja uma obrigação para todas  
890 as cadeiras seguirem essa mesma regra. No caso das Artes Visuais, por  
891 exemplo, eu entendo que deve haver essa divisão entre capital e interior. Isso  
892 precisa ser discutido na formatação dos editais. O que eu proponho é que a  
893 gente aprove um indicativo de que essa discussão seja obrigatória mais adiante.  
894 Se, no futuro, a cadeira de Teatro entender que não há necessidade dessa  
895 divisão, que ótimo, que isso seja decidido dentro da própria cadeira. No caso das  
896 Artes Visuais, eu acredito que o interior precisa dividir com a capital. Então que  
897 se vote agora esse indicativo, estabelecendo que essa questão será  
898 obrigatoriamente discutida mais à frente. Entendo que não pode ser uma votação  
899 definitiva agora, para não interferir na autonomia das cadeiras. Mas podemos  
900 aprovar um indicativo de que o tema será colocado em pauta na primeira



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

901 discussão, seja neste Conselho ou no próximo. Obrigado. **Presidente:** Obrigado,  
902 conselheiro Dudson. Após as falas, o presidente retorna. Feita a explicação  
903 sobre esse tema, vamos à próxima pauta de hoje. Já deliberamos a questão da  
904 apresentação de todas as denúncias feitas pelos proponentes em todos os  
905 editais. Agora vamos para o item 3 da pauta, que trata da prorrogação de  
906 mandato. Serão dez minutos para apresentação, permitindo manifestações  
907 durante a exposição. Suspendo a moderação por dez minutos e abra-se a  
908 palavra ao assessor jurídico para conduzir as explicações. Quem desejar se  
909 manifestar poderá falar por 2 minutos. **Vanderley Pinheiro:** Presidente, só tem  
910 um porém. A ASPC explicou sobre o item passado e eu havia pedido a palavra,  
911 mas não tive oportunidade de falar. Em seguida começou uma discussão sobre  
912 uma votação, não sei exatamente sobre o quê, e acabou passando o momento.  
913 Com isso, perdeu-se aquele instante que era justamente o momento adequado  
914 para questionar o posicionamento da ASPC sobre a questão das denúncias, que  
915 é um dos pontos que eu havia levantado. Então acabou passando o momento  
916 correto. Peço que o senhor reveja isso, por gentileza. **Presidente:** Obrigado.  
917 Após todos falarem e feita a explicação sobre esse tema, pergunto se alguém  
918 gostaria de se manifestar a respeito das denúncias. Quem desejar se manifestar  
919 poderá falar por até dois minutos. Abro então a palavra ao conselheiro  
920 Vanderley, para contribuir por até dois minutos. **Vanderley Pinheiro:** Em relação  
921 às denúncias, o que tem sido observado é que a pessoa apresenta a denúncia  
922 pautada no que está previsto no edital. Porém, quando chega a análise, por  
923 exemplo, a pessoa apresenta um print de rede social de um proponente que ficou  
924 em primeiro colocado no edital. Esse proponente nunca trabalhou com circo na  
925 vida e foi primeiro colocado no edital de circo. Ele trabalha com yoga e pretende  
926 fazer uma oficina de circo. No entanto, nas redes sociais dele não há  
927 demonstração de que ele tenha qualquer trajetória nessa área. Claro que eu não  
928 tenho acesso a provas robustas, mas a ASPC afirma que a denúncia precisa  
929 apresentar provas robustas. Caso contrário, ela é arquivada. Então eu questiono:  
930 quais seriam essas provas robustas? Se nas próprias redes sociais do  
931 proponente não há nenhuma demonstração de que ele tenha trabalhado com  
932 circo, como é possível apresentar outra prova? A justificativa apresentada pela  
933 ASPC é que a comissão de avaliação é soberana, que o proponente foi avaliado  
934 e que isso já constitui um fato consumado. Dessa forma, a denúncia deve ser  
935 arquivada. Eu faço um apelo para que isso não aconteça dessa maneira. Isso  
936 acaba tirando a vaga de quem realmente trabalha com circo. O proponente que  
937 ficou em primeiro lugar no segmento de circo nunca trabalhou com circo. A  
938 comissão de avaliação avaliou, foi considerado válido e virou um fato  
939 consumado. Mas eu acredito que é papel deste Conselho fiscalizar o que está  
940 acontecendo dentro dos editais. Não podemos simplesmente aceitar que erros  
941 de avaliação possam ocorrer sem qualquer tipo de revisão. Erros são possíveis.  
942 Pode ter acontecido uma falha. Talvez o proponente seja bom em outro  
943 segmento, mas em circo eu posso afirmar que ele nunca trabalhou, nem de



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

944 forma eventual. Eu fui um dos que apresentaram a denúncia e ela foi arquivada  
945 pela ASPC sob a alegação de que não havia provas robustas. É isso que eu  
946 venho questionando: pessoas oportunistas que montam um portfólio bonito na  
947 IA, estruturam uma estratégia e acabam sendo bem pontuadas. No entanto, isso  
948 não corresponde à trajetória artística real do proponente. Pode haver atuação  
949 em outra área, mas não em circo. É isso que quero deixar claro para todo este  
950 Conselho. **Presidente:** Obrigado, conselheiro. Gostaria de pedir à conselheira  
951 Ana Lígia: a senhora é suplente do conselheiro Pedro, correto? Como ele está  
952 presente como titular na reunião, acredito que a sua fala só possa ser liberada  
953 no momento dos 'assuntos gerais', conforme estabelece o regimento. Gostaria  
954 de consultar o jurídico para confirmar se é dessa forma ou se posso abrir a  
955 palavra para a senhora neste momento. Peço que aguarde apenas um minuto,  
956 por gentileza. **Pedro Cacheado:** Estou na vez da fala, enquanto isso, presidente.  
957 **Presidente:** Tudo bem, conselheiro. O senhor tem dois minutos. **Pedro**  
958 **Cacheado:** Assim, na 38ª reunião, se não me engano, acho que foi a última  
959 reunião do ano passado, nós conversamos sobre a criação de uma comissão do  
960 conselho para apurar as denúncias. Posso até estar falando o número errado da  
961 reunião, mas essa discussão aconteceu. O que tem acontecido é que estamos  
962 observando muitas pessoas que nunca atuaram na cultura, que provavelmente  
963 não têm sequer dois anos de atuação e que não estão trabalhando no segmento  
964 em que se inscreveram, sendo denunciadas. Mesmo assim, os projetos passam  
965 simplesmente porque atendem aos critérios formais estabelecidos pelo edital.  
966 Além disso, nós não temos acesso aos dados da pessoa jurídica nem aos dados  
967 completos do portfólio do proponente. As denúncias chegam e acabam sendo  
968 barradas pelos critérios da ASPC, que agora apresenta um rito para análise, mas  
969 esse rito nunca havia sido apresentado ao Conselho dessa forma, com a clareza  
970 que está sendo colocada agora. **Vanderley Pinheiro:** Pedro, há ainda um  
971 agravante. Nós não deliberamos poderes para o Instituto. Eu não lembro dessa  
972 parte, de ter parecer do Instituto. Isso acaba se tornando um agravante ainda  
973 maior. **Pedro Cacheado:** Sim, mas em algum momento concordamos que  
974 deveria haver um balizamento jurídico em relação ao que diz o edital. Era  
975 necessário existir um parecer jurídico. No entanto, atualmente a assessoria  
976 jurídica está sob responsabilidade do Instituto. A questão principal é o mérito das  
977 denúncias, e isso é preocupante. Claro que existem denúncias feitas de maneira  
978 frágil, sem fundamento, mas também existem casos que merecem atenção. Se  
979 estamos pensando na construção de uma cadeia produtiva da cultura,  
980 precisamos observar essas subjetividades que estão aparecendo agora. É por  
981 isso que tantas denúncias estão surgindo, inclusive envolvendo pessoas que  
982 nunca fizeram parte do campo cultural e que agora, por causa da existência de  
983 recursos, estão entrando nesse espaço. **Jordania Galdino:** Conselheiro,  
984 concordo com o senhor. **Pedro Cacheado:** Então a pergunta que faço à ASPC  
985 é a seguinte: o que precisa ser feito para simplificar esse processo? Segundo as  
986 estatísticas, esta é a penúltima reunião. Teremos apenas mais uma reunião no



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

987 mês que vem. Está se caminhando para uma vacância, e eu também acredito  
988 que o processo eleitoral já deveria estar em andamento. Quem vai cuidar desses  
989 processos depois? Serão os novos conselheiros, que ainda não terão  
990 conhecimento do andamento dessas questões? Isso é muito preocupante,  
991 porque se trata de uma área muito sensível. Precisamos estabelecer critérios  
992 para a admissibilidade das denúncias, principalmente quando elas partem de  
993 conselheiros. Eles conhecem o segmento em que atuam. No caso citado pelo  
994 conselheiro Vanderley, por exemplo, ele sabe quem é ou não da área dele. Então  
995 surge a pergunta: como uma pessoa ganha um edital de circo se no portfólio não  
996 há nada relacionado ao circo? Como alguém pode ganhar um prêmio para  
997 produzir um curta-metragem se nunca fez um filme ou participou de uma  
998 produção? Nas denúncias que recebi, relacionadas às Artes Visuais, por  
999 exemplo, muitos apontaram que apenas grafiteiros foram contemplados. Não  
1000 que isso seja um problema em si, mas não aparecem pintores, não aparecem  
1001 feiras criativas de arte ou outras expressões das artes visuais. Então existe algo  
1002 acontecendo que precisa ser observado. Precisamos discutir como admitir  
1003 determinadas denúncias, principalmente quando envolvem pessoas que não são  
1004 do segmento, mesmo que formalmente estejam enquadradas pelo edital.  
1005 Encerrando, essa é a minha fala. **Presidente:** Consultando o jurídico, os  
1006 convidados, incluindo os suplentes, poderão se manifestar apenas ao final da  
1007 reunião, nos 'assuntos gerais'. Tudo bem, conselheira Ana Lígia? Algum  
1008 problema? **Elson Rocha:** Na verdade, os suplentes têm direito à voz, apenas  
1009 não têm direito a voto. **Presidente:** Está certo. É exatamente isso que estou  
1010 orientando. É o conselheiro Elson que está falando?. **Elson Rocha:** Perfeito.  
1011 **Presidente:** Então está bem, conselheiro. Vou abrir a fala para a conselheira  
1012 Ana Lígia, já que ela não tem direito a voto. Em seguida, gostaria de saber se o  
1013 mestre Camaleão ainda está on-line para que possamos abrir a palavra para ele.  
1014 Conselheira Ana Lígia, a senhora tem até dois minutos. A senhora está sem  
1015 áudio, conselheira. Enquanto a senhora ajusta a parte técnica, vou abrir a fala  
1016 para o conselheiro Camaleão. Quando estiver tudo certo, retornamos à senhora.  
1017 Conselheiro Camaleão, o senhor tem até dois minutos. **Wellisson Batista:**  
1018 Salve, salve gente. Eu gostaria de contribuir com a fala dos conselheiros Pedro  
1019 Cacheado e Vanderley em relação a essas situações de denúncias. Muitos de  
1020 nós, conselheiros, já estamos há bastante tempo levantando essas mesmas  
1021 questões. Existe uma demora na análise das denúncias. Eu não gosto de usar  
1022 palavras duras ou parecer indelicado, mas muitas vezes dá a impressão de que  
1023 não existe boa vontade para acatar as denúncias que enviamos. Por exemplo,  
1024 diversas vezes eu falei sobre pessoas que entram na cota destinada a pessoas  
1025 negras, quando claramente não se enquadram nessa condição. Eu denunciei  
1026 duas pessoas que são muito brancas, loiras e de olhos claros, e que estavam  
1027 concorrendo na cota destinada a pessoas negras. Já levantei esse assunto  
1028 várias vezes nas reuniões plenárias e nada foi feito. No último edital do ano  
1029 passado também ocorreu uma situação em que uma pessoa entrou pela cota



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1030 destinada a pessoas com deficiência. Eu conheço essa pessoa há mais de trinta  
1031 anos e, durante todo esse tempo, nunca soube de qualquer deficiência. Talvez  
1032 exista, mas seria importante que houvesse um documento, um laudo ou alguma  
1033 comprovação que demonstrasse essa condição. Apenas declarar que é pessoa  
1034 com deficiência e ser aprovado no edital sem qualquer verificação me parece  
1035 algo muito problemático. Como foi colocado pelo conselheiro Pedro Cacheado,  
1036 os conselheiros conhecem profundamente os seus próprios segmentos. Quando  
1037 apresentamos denúncias, fazemos isso com base no conhecimento que temos  
1038 das áreas em que atuamos. Por isso, acredito que as denúncias apresentadas  
1039 pelos conselheiros deveriam receber uma atenção maior e uma verificação mais  
1040 cuidadosa. É nesse sentido que gostaria de reforçar a fala dos conselheiros  
1041 Vanderley e Pedro Cacheado, pedindo que haja um olhar mais atento para as  
1042 denúncias apresentadas por membros deste conselho. Agradeço. **Presidente:**  
1043 Muito obrigado. Seja bem-vindo. Esperamos que o senhor já tenha se  
1044 recuperado do problema de saúde que havia mencionado. Desejamos melhoras  
1045 e que em breve possamos vê-lo novamente atuando pelos quatro cantos do  
1046 Estado do Amazonas. Passo agora a palavra para a conselheira Ana Lígia.  
1047 Continua sem áudio. Mais alguém gostaria de se manifestar antes de passarmos  
1048 para a próxima pauta? **Sérgio Cruz:** Presidente, só ratificando, convidados  
1049 nesse momento não tem fala. O momento de voz e voto é somente dos titulares  
1050 e as pronúncias dos convidados é somente nos 'assuntos gerais'. **Presidente:**  
1051 Muito obrigada, doutor Sérgio. Fica registrado. Passamos agora para o item **3**  
1052 **da pauta: Prorrogação de mandato.** Abro para a condução das explicações em  
1053 10 minutos e suspendo a moderação, abrindo a voz para o assessor jurídico para  
1054 conduzir as explicações. Quem for se manifestar, poderá fazer por até dois  
1055 minutos. **Sérgio Cruz:** Presidente, não terei condição de apresentar o parecer,  
1056 então vou fazer a leitura. Informo que já foi enviado ao senhores. Estou com  
1057 problemas técnicos no meu computador, por esse motivo não consegui  
1058 respondê-lo anteriormente, mas conectei ao celular para poder ter voz e poder  
1059 auxiliá-lo. Então, pergunto ao senhor se há algum problema em fazer somente a  
1060 leitura do texto? **Presidente:** Eu acredito que não há nenhum problema, mas  
1061 gostaria de usar o regimento interno e passar para a última pauta, até que se  
1062 resolva essa questão técnica de internet. **Sérgio Cruz:** O problema não é  
1063 internet, presidente. Há algum problema interno no meu computador. Já  
1064 tentamos resolver aqui. **Presidente:** Entendo. Mas quantas páginas tem essa  
1065 demonstração? **Sérgio Cruz:** São dez páginas. Se o senhor quiser, posso ler  
1066 apenas a parte dispositiva, a parte final do documento. **Presidente:** Como se  
1067 trata de uma proposição minha, não há problema. Pode fazer a leitura. **Sérgio**  
1068 **Cruz:** Está certo. Vou ler então apenas a conclusão do parecer. Conclusão: "Por  
1069 todo o exposto, após análise do conteúdo apresentado, considerando a ausência  
1070 de previsão legal e de motivação adequada, sugere-se que seja mantido o prazo  
1071 bienal com a continuidade do processo eleitoral, conforme determina o  
1072 regimento interno. Essa é a sugestão apresentada por este parecerista da equipe



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1073 de apoio do CONEC, salvo melhor juízo, encaminhando-se à apreciação  
1074 superior da mesa diretora para análise e deliberação. Manaus, 11 de março de  
1075 2026”. Informo ainda que a fundamentação desse parecer está baseada na Lei  
1076 nº 5.418/2021, que trata do Conselho, além de referências doutrinárias de  
1077 juristas como Hely Lopes Meirelles, Celso Antônio Bandeira de Mello e Maria  
1078 Sylvia Zanella Di Pietro. Também foi considerada a posição do Supremo Tribunal  
1079 Federal (STF), que se manifesta contrariamente à interferência em mandatos  
1080 fixos, destacando a necessidade de observância rigorosa das regras de  
1081 nomeação e permanência, a fim de evitar quebra da estabilidade institucional.  
1082 Cito ainda o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6121  
1083 do Supremo Tribunal Federal, além de algumas jurisprudências que foram  
1084 anexadas ao parecer. Informo também que a base legal para uma eventual  
1085 prorrogação de mandato poderia existir caso fossem apresentados requisitos  
1086 específicos que justificassem essa medida. Entretanto, no momento, à luz da  
1087 jurisprudência e do posicionamento doutrinário analisado, não foi possível  
1088 identificar tais requisitos, que necessitam de aval da Assembleia Legislativa do  
1089 Estado do Amazonas (ALEAM). Recordo ainda uma situação semelhante  
1090 ocorrida no COPHAM, o Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico, em que  
1091 uma proposta parecida foi encaminhada à Casa Civil. Na ocasião, a Casa Civil  
1092 negou o encaminhamento a ALEAM e devolveu o processo à Secretaria,  
1093 determinando que a medida não fosse adotada. Foram considerados inválidos  
1094 os atos administrativos praticados naquele período, sendo necessária a  
1095 constituição de novo mandato para que as decisões pudessem ser referendadas  
1096 e as atividades retomadas de forma regular, do período que não foi autorizado  
1097 pela Casa Civil. Esse é o posicionamento apresentado no parecer. **Presidente:**  
1098 Certo, eu agradeço. E aí, só para deixar registrado, que eu, enquanto  
1099 conselheiro, fiz essa solicitação baseada também em análise jurídica, viu,  
1100 conselheiro Paulo, que a gente não sabe quem são essas pessoas que  
1101 porventura possam assumir sem ter conhecimento nenhum sobre as políticas  
1102 públicas para a cultura. Não acato o seu parecer, até me surpreende quando é  
1103 que o senhor estava em Brasília, porque o senhor data do dia 13/03 e o senhor  
1104 não tinha respondido na reunião, não tinha feito o encaminhamento à época, o  
1105 que o senhor tinha ficado desatento e tinha perdido essa questão. Isso me  
1106 surpreende, até mesmo porque foi um operador do direito que baseou toda a  
1107 proposta, considerando o regimento interno e a própria lei, essa prorrogação de  
1108 mandato, como hoje a gente tem a nível Brasília, que já vai prorrogar o mandato  
1109 dos conselhos nacionais e também o municipal. O que me surpreende é, como  
1110 o senhor é o autor da lei, o próprio conselho, e o senhor não encontra. E aí, só  
1111 para deixar registrado a todos os conselheiros, principalmente do poder público,  
1112 a gente precisa rogar com ajuda de vocês, enquanto sociedade civil, até pelo ex-  
1113 governo que passou à época da Covid-19, quantos artistas, Paulo, não morreram  
1114 em razão daquele governo, que hoje tenta uma cadeira a nível do Senado. É  
1115 uma prerrogativa, doutor Sérgio, nós temos um governador interino que não é



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1116 governador, ele está ali, vai haver uma eleição direta e isso já abre uma  
1117 possibilidade para o próprio mandato. E aí eu continuo ainda na insistência de  
1118 que a gente possa postergar mais um pouco, considerando a eleição que  
1119 porventura possa acontecer. Torcendo, tão logo, eu faço aqui, deixo até  
1120 registrado para que os então pré-candidatos ao governo possam fazer um  
1121 trabalho de fomento à cultura. Paulo Holanda, eu te cito porque você sabe da  
1122 importância do PT hoje em uma coligação majoritária para os cargos ao governo  
1123 e a gente tentar tirar essas pessoas que não acreditam no potencial da cultura,  
1124 principalmente a nível Amazonas. Então, assim, eu continuo insistindo, doutor  
1125 Sérgio, eu gostaria que o senhor encaminhasse com cópia para a Casa Civil,  
1126 para o parecer, e a gente vai continuar ainda assim, mesmo com os 450 que eu  
1127 ganho, eu consigo ainda continuar a pagar o advogado que fez a petição para a  
1128 gente tentar chegar à prorrogação desse mandato desses conselheiros que  
1129 trabalham e vivem a cultura, principalmente no interior do Estado. Então eu abro  
1130 agora, encerrando esse tema, vamos à próxima pauta. Eu gostaria de saber se  
1131 alguém gostaria de falar, que como a proposição foi minha, eu já finalizo aqui a  
1132 minha fala. Como ninguém vai se manifestar, nós vamos agora então. **Sérgio**  
1133 **Cruz:** Só para primeiro falar que, em relação ao meu posicionamento acerca do  
1134 parecer, esse parecer foi encaminhado à Presidência do Conec e, como eu li  
1135 aqui, trata-se de uma sugestão. A decisão da Presidência do Conec será  
1136 pautada, como eu mencionei anteriormente, naquilo que entender como mais  
1137 coerente. Então, se o senhor já possui esse parecer, que também já está com a  
1138 Presidência, caberá a ela tomar a decisão que considerar mais adequada.  
1139 **Presidente:** Aí, eu gostaria de lhe perguntar rapidamente: nós ainda temos  
1140 presidente? Porque ele é pré-candidato e já deveria ter se ausentado. Então eu  
1141 lhe provoço agora e também gostaria de saber se foi, pelo menos, o que toda a  
1142 imprensa falada, escrita e televisada afirma. E aproveito para lhe perguntar, já  
1143 que o senhor faz parte da equipe técnica, se foram feitos os convites que eu  
1144 solicitei aos órgãos de controle, principalmente para um membro da Ordem dos  
1145 Advogados (OAB) no Amazonas. **Sérgio Cruz:** Perfeito. A primeira situação é  
1146 quanto a essa questão da pré-candidatura. Eu não posso falar pelo Presidente,  
1147 pelo secretário da secretaria. Essa pergunta deve ser feita diretamente a ele.  
1148 Quanto aos convites, o senhor realizou os convites que estabeleceu. Foram  
1149 convites para quê? Para acompanhar a eleição ou qual seria exatamente a  
1150 finalidade? **Presidente:** Acompanhar essa reunião de hoje, que foi transferida  
1151 para esta data de propósito, justamente em razão da ausência do presidente,  
1152 porque o que foi alegado é que, na reunião anterior, na primeira quarta-feira de  
1153 abril, ele não poderia estar presente por causa de agenda. Então transferiram  
1154 para hoje, quando ele supostamente estaria presente, e não está. Por isso eu  
1155 lhe pergunto, enquanto fomentador do direito, enquanto operador do direito: toda  
1156 a mídia, a imprensa falada, escrita e televisada, afirma que ele é pré-candidato  
1157 a cargo eletivo de deputado estadual e a desincompatibilização ainda não  
1158 ocorreu. Então isso abre uma prerrogativa, justamente na sua fala, de



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1159 encaminhar um adendo ao seu parecer, indicando que há, sim, a possibilidade  
1160 de esses conselheiros continuarem com seus mandatos, por meio de uma  
1161 prorrogação, em razão da ausência de um governador efetivo, tendo um interino  
1162 e a previsão de uma nova eleição. E eu continuo lhe provocando, bem como a  
1163 todo o administrativo deste colegiado, deste Conselho, no sentido de saber se  
1164 os convites foram enviados a tempo para que esses órgãos de controle  
1165 estivessem presentes em uma reunião tão importante como esta, inclusive para  
1166 se contrapor ao seu parecer. O seu parecer, eu gostaria de deixar registrado,  
1167 não deve ser levado para o lado pessoal, porque essa questão eu já tratei com  
1168 Vossa Senhoria. O senhor precisa se colocar no lugar dos artistas do interior,  
1169 das pessoas que trabalham com cultura, e não apenas na posição do poder  
1170 público que gere a cultura. O senhor precisa, acima de tudo, enquanto operador  
1171 do direito, se colocar nesse lugar. E eu lhe pergunto: o senhor estudou em escola  
1172 pública no ensino fundamental e médio? Apenas para fazermos uma reflexão.  
1173 **Sérgio Cruz:** No ensino fundamental, sim. Fiz em escola pública da quinta à  
1174 oitava série. **Presidente:** O senhor se lembra dos festivais juninos nas escolas?  
1175 **Sérgio Cruz:** Sim, lembro. Festivais juninos e jogos estudantis, lembro de tudo  
1176 isso. **Presidente:** O senhor se lembra que eram realizados bingos para comprar  
1177 chita e confeccionar os figurinos? **Sérgio Cruz:** Não, dessa parte eu realmente  
1178 não participei dessas atividades, porque quando atuei na área de teatro já foi no  
1179 ensino médio, quando eu estudava em escola particular. **Presidente:** Tudo bem,  
1180 então eu acato o que o senhor falou. Eu passo agora para o quarto item. **Sérgio**  
1181 **Cruz:** Está bem, então, só para a gente terminar esse ponto, volto a falar: quanto  
1182 ao secretário, se ele está ou não como candidato, ou qualquer outra situação,  
1183 isso deve ser direcionado como pergunta a ele. O governo não é o governador;  
1184 a ausência de governador não define a atividade do Conselho. O Conselho,  
1185 quem define o mandato ou não, a prorrogação ou não, é a Assembleia  
1186 Legislativa. Então, nesse ponto, tendo em vista que estamos em processo  
1187 eleitoral, a Comissão Eleitoral deve publicar hoje, ou no mais tardar amanhã, o  
1188 edital. Acredito que ainda hoje o edital da eleição seja publicado. Eu coloco aqui  
1189 para o senhor que o item 4 e o item 5 sejam retirados de pauta até a próxima  
1190 reunião, tendo em vista que, quanto ao tema, não sei exatamente qual seria o  
1191 assunto, estou apenas mencionando o tema. O tema é o CONEC itinerante.  
1192 CONEC itinerante é o Conselho no interior, e quem vai definir isso será o novo  
1193 mandato, os novos conselheiros do próximo mandato. O CONEC itinerante será  
1194 executado já nos próximos meses, quando este atual mandato já tiver terminado.  
1195 Então esse ponto, na minha sugestão, seria retirado de pauta. E quanto ao  
1196 evento na comunidade de Nogueira, também dependerá de quando será  
1197 realizado ou do que será discutido sobre esses pontos, aplicando-se a mesma  
1198 situação. Lembrando que, pelo indicativo do cronograma eleitoral, a posse da  
1199 nova gestão será em maio. Então, no próximo mês, esse assunto também não  
1200 sei se seria frutífero tratar neste momento, tendo em vista que temos dez pautas  
1201 e estamos ainda na quarta e na quinta pauta. Então, eu sugiro para o senhor que



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1202 os itens 4 e 5 sejam retirados de pauta até a próxima reunião, está certo?  
1203 **Jordania Galdino:** Já terminou, doutor Sérgio? Obrigada. Eu já pedi questão de  
1204 ordem há bastante tempo. Conselheiro André, vamos tentar retomar as pautas.  
1205 Primeiramente, pedi questão de ordem, porque essa reunião já foi totalmente  
1206 atropelada. Em que sentido? Nós temos um regimento interno, correto? Para  
1207 minha surpresa, com todo respeito aos convidados que estão presentes  
1208 acompanhando essa situação, essa desorganização em que se encontra a  
1209 reunião, esta é uma reunião dos titulares. O suplente tem direito à voz, mas não  
1210 ao voto. Senhor Presidente André Durand, o senhor está conduzindo esta  
1211 reunião. Eu gostaria que retomássemos as pautas. Se não for possível concluir  
1212 essas pautas, elas precisam ser retiradas, porque o horário já está extrapolando.  
1213 E o que acontece? Nós não conseguimos produzir nada. A ASPC não me  
1214 respondeu o que eu havia solicitado, já passamos para outra pauta sem concluir  
1215 a anterior. Então, assim, vocês falaram agora para eu concluir o meu raciocínio.  
1216 Sobre a questão do governador: já saiu Wilson Lima, já saiu Tadeu, agora é  
1217 Roberto Cidade. Então vamos tratar do Conselho. Se sair Caio André, quem é a  
1218 pessoa que o substitui no regimento? Vamos nos ater ao regimento interno, por  
1219 gentileza. Se não me engano, acredito que seja Cândido Jeremias, correto? Se  
1220 não for, me corrijam. Então era para ele estar presente nesta reunião de hoje,  
1221 não é, doutor Sérgio, ou não? **Sérgio Cruz:** Não, na verdade, não é assim.  
1222 Havendo saída, sendo exonerado, sendo exonerado. **Jordania Galdino:** Ele  
1223 está candidato. Porque ele precisa também, o senhor Caio André, porque isso  
1224 aqui não é bagunça. Eu vou deixar isso registrado: o senhor Caio André está  
1225 muito bagunceiro, muito mal-educado. Está muito bagunçado, ao meu ver, e  
1226 muito desrespeitoso. É falta de respeito com este Conselho, porque ele não  
1227 envia sequer uma comunicação informando se vai ser candidato, se vai se  
1228 afastar, se vai sair, enfim, qual será sua situação. Mas ele precisa ter noção e  
1229 respeito por este Conselho do qual ele é presidente. Se ele for para onde quiser,  
1230 que responda a este Conselho, porque esta reunião foi remanejada por causa  
1231 dele. Inclusive, chegaram a dizer que teria sido por conta do secretário-geral,  
1232 ligado à área da dança, mas não foi. Está tudo registrado, inclusive com  
1233 destaque, até com menção ao conselheiro circo. **Sérgio Cruz:** Certo,  
1234 conselheira Jordania. A senhora solicitou a pauta, não foi? Então vamos votar a  
1235 pauta. **Jordania Galdino:** Está virando uma bagunça. Eu pedi questão de  
1236 ordem. **Symone Farias:** Conselheira Jordania, aqui é a Symone. Apenas um  
1237 adendo à sua fala, a senhora me permite? **Jordania Galdino:** Permito, pode  
1238 falar. **Symone Farias:** A mudança da data se deu em decorrência das agendas  
1239 da Lucimar e do Elson. Por isso houve essa alteração. E quando há mudança de  
1240 data, de acordo com o nosso calendário, fazemos uma previsão de espaço  
1241 reservado, de acordo com calendário. Quando ocorre essa alteração, nem  
1242 sempre conseguimos espaço. **Dudson Carvalho:** Exatamente. **Symone**  
1243 **Farias:** E, também, o nosso presidente Caio, na agenda dele, não conseguiria  
1244 participar presencialmente na data de hoje. Está bom? É só para deixar



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1245 registrada essa situação. Muito obrigada. Boa tarde. **Jordania Galdino:** Ah,  
1246 então, ótimo, obrigada pela correção e pela lembrança, porque é muita  
1247 informação. Então, está. Por isso que eu sou a favor do presencial, ou pelo  
1248 menos do modelo híbrido, para dizer a verdade. Porque é muito complicado fazer  
1249 reunião online e ficar essa desorganização que está agora nessa reunião online,  
1250 a gente não consegue terminar aquilo que precisa ser concluído. Então,  
1251 conselheiro André, o senhor convidou uma porrada de gente para ficar ouvindo  
1252 essas baboseiras que nós estamos fazendo. Está entrando em situações no chat  
1253 que eu não estou gostando. Eu tive que me colocar lá para poder não  
1254 interpretar de uma outra maneira. Pedi a questão das respostas da ASPC,  
1255 que até agora não me respondeu nada. Não respondeu nem a pergunta do  
1256 Dudson, nem a minha. Então ficou por isso mesmo. Para mim, essa reunião pode  
1257 até acabar, porque as pautas, para mim, não interessam mais. Pode encerrar  
1258 esse mandato, fazer a eleição e seguir adiante. Pronto, cada um para sua casa.  
1259 Tchau. **Presidente:** Obrigada, conselheira. Passamos agora, com a sugestão do  
1260 doutor Sérgio, às pautas apresentadas por mim. O evento de Nogueira,  
1261 conselheiros, ele foi convidado, o convite foi encaminhado em tempo para que  
1262 esses conselheiros que ainda estão no mandato se fizessem presentes agora,  
1263 em abril, nesse evento que será realizado. E o CONEC Itinerante é aquele que  
1264 vínhamos discutindo com o conselheiro Ludimar, para que fosse realizado no  
1265 município de Santo Antônio do Itá. Então, apenas para deixar registrado,  
1266 passamos agora para a pauta **6: Apresentação e esclarecimento sobre a**  
1267 **verba da sede do CONEC.** Serão concedidos 10 minutos para manifestação  
1268 durante a apresentação, sob moderação, e, em seguida, será aberta a palavra  
1269 ao plenário para condução das falas. Quem for se manifestar poderá fazê-lo por  
1270 até 2 minutos. **Jordania Galdino:** Bom, sobre a questão da sede do CONEC, é  
1271 para a ASPC. Eu esqueci de solicitar no meu encaminhamento da minha pauta  
1272 a apresentação de documentos, mas, se puderem, por favor, de forma direta,  
1273 sem enrolação, já está terminando o mandato e não estou querendo  
1274 aporrinhação, eu gostaria que vocês mostrassem o documento, o extrato, se  
1275 esse dinheiro que era para ser destinado à sede do CONEC ainda existe, se ele  
1276 desapareceu, para onde foi. Porque existiu uma comissão, e essa comissão  
1277 trabalhou arduamente. Eu estive nessa comissão, eu e o Álvaro, Vanderley,  
1278 Bjarne, não sei se havia mais pessoas, não me recordo bem. Trabalhamos  
1279 intensamente na pesquisa de prédios, corremos atrás, e não houve respeito com  
1280 essa comissão. Fomos atropelados a todo momento, e o destino desse recurso,  
1281 que era para ser destinado à sede do CONEC, ficou indefinido. Depois disso,  
1282 houve toda aquela situação após a entrada do Caio André, e o Cândido deve ter  
1283 assumido a presidência naquela época. Em seguida, houve a eleição do Dudson,  
1284 que era o secretário-geral, e ocorreu aquela manobra. Tentaram fazer algo  
1285 relacionado a centros e carnaval, inclusive isso saiu na imprensa. Eu e o  
1286 Vanderley fomos ao Ministério Público denunciar, e então tudo foi interrompido.  
1287 Depois disso, não sabemos para onde foi o recurso. Enfim, temos pouca



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1288 devolutiva dessas denúncia quando chega para a ASPC e a ASPC simplesmente  
1289 embarga, não sei por qual motivo. Até hoje não sabemos o destino do dinheiro  
1290 da sede do CONEC. Da última vez que conversei com a doutora Luciane, já faz  
1291 cerca de oito meses, a doutora Anne estava de licença-maternidade. Na ocasião,  
1292 foi informado que o dinheiro ainda existia. Depois disso, não tive mais contato.  
1293 Não sei qual foi o destino desse recurso, se foi devolvido ao Ministério da Cultura  
1294 ou se a verba retornou para lá. Se esse dinheiro ainda existir, é preciso que a  
1295 gente decida para onde ele será destinado, já que estamos encerrando o  
1296 mandato. Infelizmente, não deixamos como legado a sede do CONEC. Ou então  
1297 o recurso tomou outro destino, que eu desconheço. Mas, sem conversa vaga, eu  
1298 quero ver documentação, quero ver extrato, para saber exatamente para onde  
1299 foi esse dinheiro. Porque, por exemplo, essa questão dos 50% para o interior e  
1300 50% para a capital não foi devidamente decidida, não está em ata, não foi  
1301 formalizada corretamente. Por isso está gerando todo esse problema e estão  
1302 querendo atribuir culpa a nós. Não somos culpados. Isso foi uma política pública  
1303 criada na época do Marcos Apolo, e isso precisa ficar claro. Vamos rever isso  
1304 desde o início. Assim como ocorreu com a sede do CONEC, que teve ata  
1305 aprovada e depois sofreu manobras, o mesmo está acontecendo agora com  
1306 essa questão da divisão entre capital e interior. E aí surgem afirmações de que  
1307 “não será para tal coisa”. Como assim? As reuniões foram gravadas, as atas  
1308 existem. Se não são respeitadas, como fica essa situação? Então eu gostaria de  
1309 ouvir a ASPC, o doutor Hermido e a doutora Anne, para que expliquem como  
1310 está a situação do recurso da sede do CONEC. Esse dinheiro ainda existe? Qual  
1311 é a situação atual? Obrigada. **Presidente:** Obrigada, conselheira. Então, abro  
1312 para a ASPC: vai se pronunciar ou posso passar a fala ao conselheiro Vanderley  
1313 e, após a fala dele, a ASPC se pronuncia a respeito da pauta? **Anne Paiva:** Eu  
1314 acredito que o conselheiro Vanderley pode se pronunciar primeiro, que aí nós já  
1315 respondemos ambos. **Vanderley Pinheiro:** Infelizmente, lamentavelmente e  
1316 vergonhosamente, o dinheiro que era para ser usado para a aquisição da sede  
1317 do Conselho, para que a gente e os conselheiros que venham futuramente  
1318 tenham um local, não precisem estar pedindo espaço dos outros para fazer  
1319 reunião, para fazer qualquer atividade, esse dinheiro foi destinado para outra  
1320 finalidade que não foi a aquisição da sede. Da mesma forma que foi mudado o  
1321 edital de mestre, na base da pernada, na base do acordo, não se sabe com quem  
1322 foi feito. A gente aprovou o edital e depois fizeram uma reunião e derrubaram o  
1323 edital. Foi manobra do secretário-geral do Conselho, o senhor Dudson,  
1324 juntamente com o secretário de Cultura, que é o presidente do Conselho, o  
1325 senhor Caio André. E aqui eu não escondo, eu falo na cara: foram os dois que  
1326 fizeram manobra para mudar e usar esse recurso de uma forma que não foi  
1327 aprovada. Pegaram o dinheiro que era para aquisição da sede do Conselho,  
1328 cerca de quase 3.000.000,00 (três milhões) de reais, se eu não estiver  
1329 enganado, e fizeram outra coisa. Essa é a verdade nua e crua. E eu falo os  
1330 nomes: o secretário-geral, Dudson e o presidente do Conselho, o senhor Caio



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1331 André. Não devo nada a ninguém, eu falo, tenho autonomia para falar, não  
1332 escondo nada. Conselheira, isso foi o que aconteceu. A ASPC vai explicar. Eu  
1333 pedi parecer, tenho um parecer completo do que foi feito com esse recurso.  
1334 Infelizmente, o dinheiro foi para o ralo. O dinheiro que era para comprar a sede  
1335 do Conselho foi para o ralo. E sabe quem é a pessoa responsável? A pessoa  
1336 responsável maior é o senhor secretário-geral do Conselho, Dudson. Tem nome.  
1337 Dudson fez manobra para que esse recurso não fosse usado para comprar a  
1338 sede do Conselho, com total apoio do secretário Caio André. Pronto, acabou.  
1339 Falei, repito e sustento. E tenho prova. **Anne Paiva:** Boa tarde novamente a  
1340 todos. Em relação a este recurso, o ciclo 1 da PNAB previa o valor de R\$ 3  
1341 milhões para obras ou reformas de equipamentos culturais. O que foi decidido  
1342 pelos senhores: inicialmente houve uma conversa a respeito de uma reforma no  
1343 espaço, em Barreirinha; depois houve uma conversa a respeito de reformas em  
1344 três espaços culturais; posteriormente houve uma conversa dos senhores a  
1345 respeito da aquisição de imóvel para a sede do CONEC; e, por fim, uma votação  
1346 para que o recurso de três milhões fosse destinado a reforma e ampliação dos  
1347 galpões das escolas de samba. E é isso que está sendo realizado. Estão  
1348 tramitando os processos administrativos para que haja essa ampliação e  
1349 reforma. **Jordania Galdino:** Está aí a manobra, olha aí a manobra. É bom que  
1350 tem espectador aí do interior olhando a roubalheira que está acontecendo aqui  
1351 dentro. **Elson Rocha:** Poderia postar aqui a ata da votação, porque na ata não  
1352 tem votação. Na ata diz “poderá ser usado”. Eu queria essa ata. A gente já pediu  
1353 essa ata há muito tempo. Isso aí é tudo muita história que vocês ficam contando.  
1354 É que nem a história do Pinóquio só não vai fazer crescer o nariz porque não é  
1355 você; são pessoas que estão mandando vocês falarem isso. Mas nunca foi  
1356 votada a questão do galpão. **Jordania Galdino:** Justamente. Não está em ata,  
1357 e vocês vão parar isso no Ministério Público, porque já está tramitando. Nós já  
1358 demos entrada, não foi, Vanderley? Vocês vão embargar essa obra. Se vocês  
1359 começaram, se já está em tramitação, vocês vão embargar, porque a gente já  
1360 encaminhou a ata para o Ministério Público Federal, Estadual, todos. Não foi,  
1361 Vanderley? **Elson Rocha:** É até uma vergonha. A gente passa lá no local, uma  
1362 obra de 3 milhões, não tem nem sequer uma placa. Deveriam fazer o crime, no  
1363 mínimo, perfeito. Colocar uma placa, e nem placa tem. **Jordania Galdino:** Olha  
1364 aí. Pois é, olha aí, está vendo? Não houve votação, doutora Anne, não houve.  
1365 Mas eu quero dizer para você que já está encaminhado para os Ministérios  
1366 Públicos. **Elson Rocha:** Com todo respeito, é conversa vazia. Não culpo a  
1367 doutora Anne, porque eu sei que é muito difícil ser funcionária de uma pessoa  
1368 que age errado, trabalha de forma errada, e os funcionários tem que pagar a  
1369 conta da incompetência. **Presidente:** Obrigado, gente. Vamos retomar aqui a  
1370 pauta, já que todos já se manifestaram e a conselheira Jordania conseguiu fazer  
1371 sua exposição, conforme solicitou. Então, passamos agora para a pauta sete,  
1372 que é a solicitação do conselheiro Pedro Cacheado: **7. Sistema de avaliação**  
1373 **dos editais.** Eu abro, suspendo a moderação por 10 minutos e passo a palavra



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1374 à ASPC para conduzir as explicações. Quem for se manifestar poderá fazê-lo  
1375 por até 2 minutos. **Anne Paiva:** Inicialmente, eu gostaria de saber quais são os  
1376 questionamentos do conselheiro Pedro para que eu possa me manifestar,  
1377 porque para mim também foi apresentado apenas o texto. Obrigada. **Pedro**  
1378 **Cacheado:** Bom, não sei se o senhor viu, Presidente, o Dudson está com a mão  
1379 levantada, não sei se ele quer se manifestar a respeito da outra pauta. Mas,  
1380 enfim, eu vou relatar minha pauta e depois o senhor decide se dá a voz a ele.  
1381 Anne, o que está acontecendo é... a gente entendeu que o sistema de avaliação,  
1382 esse sistema de avaliação adotado no ciclo 2, ele foi bem danoso para a  
1383 população da cultura. Principalmente sobre as correções de nota, as solicitações  
1384 de nota, porque elas não foram respondidas com o tempo e nem à altura, muita  
1385 cópia e cola, etc. Eu queria aqui deixar minha indignação, porque dentro do  
1386 processo a gente está vendo que o Instituto Trocando Ideias não está  
1387 participando com o Conselho da seleção desses pareceristas. O sistema de  
1388 notas, eles não estão dando ouvidos ao sistema de notas que a gente já está  
1389 tentando implementar, que em casos de notas muito díspares poderia haver um  
1390 sistema desenhado para que houvesse uma aproximação de nota, ou então o  
1391 descarte da nota e o chamado por um terceiro avaliador. Isso não foi feito. Nós,  
1392 do Conselho, a gente já não seleciona mais, então a gente não sabe de onde  
1393 são, qual é o portfólio dessa galera, a gente não tem ideia de quem se inscreveu.  
1394 Então, assim, há um descontentamento geral. Tem gente que nunca fez nada  
1395 pelo segmento ganhando edital, gente com menos de um ano de portfólio já  
1396 ganhando prêmio de trezentos mil reais, gente que nunca foi do audiovisual  
1397 ganhando prêmio de audiovisual nas calhas dos rios, nos territórios criativos.  
1398 Então, assim, a gente precisa se posicionar e a ASPC também precisa ajudar  
1399 nisso, para ver um sistema que funcione. Porque, para mim, o mais absurdo é  
1400 um edital de circulação cultural do Amazonas ganhar uma escola de samba que  
1401 vai apresentar a escola de samba do Amazonas no Rio de Janeiro, que é o berço  
1402 das escolas de samba. Então, assim, há um sistema que está falho. A gente está  
1403 vendo que o sistema está falho. Há um descontentamento geral com relação ao  
1404 critério de avaliação. A ficha técnica, ela não pode pesar mais do que o mérito  
1405 cultural, que é como se fosse, como foi colocado nessa análise e avaliação do  
1406 mérito cultural. Então, o que eu gostaria era que a gente tentasse chegar aqui  
1407 em um debate para saber quais são as discussões que a ASPC está fazendo  
1408 com o Instituto e para a gente entender o que pode ser feito para que isso mude.  
1409 Porque esse atual sistema não está funcionando, ele tem falhas gravíssimas de  
1410 avaliação. Projetos belíssimos e estruturados a gente não consegue... os  
1411 projetos não conseguem passar, e a gente está vendo um monte de projeto com  
1412 menos mérito cultural passando. Então, a gente precisa entender como é que  
1413 eles fazem esse processo. Inclusive, deixar aqui a minha sugestão aos  
1414 conselheiros: que a gente tenha um sistema parecido com o sistema da Lei  
1415 Rouanet, para que a gente tenha acesso, para que toda inscrição a gente tenha  
1416 acesso ao objeto do projeto, a como o projeto foi escrito, por quem, tentar fazer



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1417 essa análise do portfólio. Porque o que a gente está vendo é que muitas  
1418 trajetórias de longo prazo estão sendo jogadas de lado e avaliações muito boas  
1419 estão sendo dadas a projetos que acabaram de surgir, de empresas que  
1420 acabaram de surgir. É mais ou menos por aí. Espero ter me feito esclarecido.  
1421 **Presidente:** Obrigado, conselheiro Pedro. Doutora Anne, na sequência o  
1422 conselheiro Elson pode falar ou se a senhora permitir ele falar antes da senhora.  
1423 **Anne Paiva:** Eu vejo que o conselheiro Elson e o conselheiro Dudson estão com  
1424 a mão levantada. Acho que seria bom os dois falarem antes, e aí eu respondo  
1425 todos no final. Pode ser? **Presidente:** Pode, agradeço. É porque não aparece  
1426 para mim o conselheiro Dudson. Então, Dudson, é com o senhor. Na sequência,  
1427 o conselheiro Elson. Boa tarde. **Dudson Carvalho:** Presidente, a minha internet  
1428 caiu durante aquela intervenção com relação à sede do Conselho. Eu posso  
1429 ainda entrar nessa pauta? Voltei agora, há três ou quatro minutos, já na fala do  
1430 conselheiro Pedro. Então, eu pergunto se ainda estou dentro do tema ou se esse  
1431 tema já foi encerrado. **Presidente:** O tema já passou, nós já estamos em outro  
1432 tema, conselheiro. E aí, conforme o senhor sugeriu, a gente pode deixar para o  
1433 final. No final, abrimos a fala para vossa senhoria, estou apenas seguindo o que  
1434 o senhor mesmo propôs. **Dudson Carvalho:** Aí depende dos companheiros.  
1435 Daqui a pouco eu vou entrar em uma consulta e talvez eu não esteja mais  
1436 presente na parte final da reunião. Se os companheiros permitirem, já que houve  
1437 a interferência de três conselheiros sem levantar a mão antes da minha fala,  
1438 depois que eu fui citado pelo conselheiro Vanderley. Então, eu pediria a  
1439 autorização dos pares para que eu pudesse, dentro da legalidade, trazer a  
1440 resposta necessária. Pode ser? **Presidente:** Tudo bem. Então eu solicito que os  
1441 conselheiros, que o conselheiro Dudson, por motivo de força maior, não pôde  
1442 estar presente, mas está contribuindo on-line, para que se manifeste em razão  
1443 da fala do conselheiro Vanderley, na pauta de número 6. O senhor tem dois  
1444 minutos, conselheiro. **Dudson Carvalho:** Bom, presidente, dentro desses dois  
1445 minutos vou ser bem rápido. O que se chama de manobra, eu chamo de trabalho,  
1446 trabalho feito dentro da legalidade. Então, em nenhum momento houve uma  
1447 verba de três milhões de reais para a aquisição da sede do Conselho. O que eu  
1448 acho muito engraçado é que os senhores conselheiros se empenham tanto em  
1449 trazer um discurso distorcido para tentar convencer alguém. E gostaria de dizer  
1450 também que vou ficar muito feliz se, no próximo mandato, os conselheiros que  
1451 assumirem levarem a sede do Conselho para mais próximo do povo. Porque  
1452 aquele local onde está sendo construída uma ampliação e uma reformulação  
1453 pode muito bem receber a sede do Conselho nessa área, tendo em vista que ali  
1454 está o [Liceu] Cláudio Santoro, ali ocorre a maior manifestação cultural da cidade  
1455 de Manaus, que é o desfile das escolas de samba. Sim, lutei e vou lutar pelos  
1456 meus companheiros artistas visuais que trabalham ali ao relento. Jamais vou  
1457 negar a minha origem. Sou artista visual, oriundo da cultura popular, e fico muito  
1458 feliz de ver a construção de uma ampliação de um espaço que poderá, sim, no  
1459 futuro, se for a vontade do próximo Conselho eleito, receber a sede do Conselho.



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1460 Então, meus amigos, ao contrário de alguns conselheiros, eu presto atenção  
1461 durante as votações e vi o momento em que essa verba foi colocada em votação  
1462 e aprovada, inclusive por aqueles que hoje atiram pedras. Inclusive, titulares de  
1463 cadeira de Folclore e Carnaval que criticam uma construção que vai receber  
1464 artistas de vários segmentos: música, dança, artes visuais, entre outros. Então,  
1465 rogo para que o próximo Conselho aprove a ida da sede do CONEC para dentro  
1466 dessa estrutura, o que com certeza irá beneficiar todos os segmentos envolvidos  
1467 na cultura popular e estará instalada no coração da cultura, próximo ao  
1468 sambódromo, próximo ao espaço que recebe tantas manifestações culturais.  
1469 Então é isso. De alma lavada, de coração aberto, fico feliz de ter contribuído. E  
1470 que conste, sim, em ata, que apareça o registro onde foi votada e aprovada a  
1471 construção, a reforma e a ampliação desse espaço. E que vá para o Ministério  
1472 Público, que seja levado a todas as instâncias, para que seja investigado, porque  
1473 não há nada de errado no processo, não há nada ilegal no processo. Que isso  
1474 seja colocado à disposição de todos os órgãos de controle, para que fique ainda  
1475 mais transparente do que já está. Com certeza, nada mais será feito durante este  
1476 mandato. Que o próximo Conselho defina se a sede será instalada ou não nesse  
1477 espaço, que é do povo, da arte, de todos aqueles que fazem cultura. Para mim,  
1478 não importa se é em um prédio antigo ou no sambódromo, mas que haja uma  
1479 sede do Conselho e que ela esteja onde estão as maiores manifestações  
1480 culturais, oriundas da cultura popular, tanto na capital quanto no interior. É isso,  
1481 presidente. Obrigado pela oportunidade. **Presidente:** Obrigado, querido.  
1482 **Conselheiro Elson Rocha. Elson Rocha:** Primeiro eu vou utilizar do tempo de  
1483 resposta, já que fui citado. E assim, na minha fala, em nenhum momento eu citei  
1484 esse cidadão, justamente para não dar direito de resposta, direito de voz a ele,  
1485 que é algo que é muito difícil ele entender o que é direito. Agora há pouco, na  
1486 fala da doutora Anne, ela citou a questão de que tinha sido votado para ser a  
1487 sede. Eu transfiro a nossa mentira à doutora Anne, que representa o Governo  
1488 do Estado. Então, doutora Anne, mais uma vez, é mentira. É que é tanta mentira  
1489 que acaba as mentiras se cruzando. Então houve a votação para que fosse feita  
1490 a sede do conselho e houve uma insinuação sem votação. Essa ata nós já  
1491 pedimos aqui, nós já pedimos, e não houve votação específica para isso, mas a  
1492 mentira vai continuar. Eu sou conselheiro do Folclore e Carnaval, não de  
1493 armação. Eu sou conselheiro do Folclore e Carnaval para fazer construção, não  
1494 construção fantasma, de pegar o dinheiro de outro lugar para querer mentir para  
1495 a galera que vai dar para fazer três milhões, vai dar para fazer galpão para as  
1496 escolas de samba de primeiro e segundo grupo. Elas são mais de dezesseis  
1497 escolas de samba, então não dá para fazer, não dá para fazer. É uma falácia, é  
1498 uma mentira. Para se ter uma ideia, a última quadra construída, que foi a da  
1499 Vitória Régia, custou quatro milhões e oitocentos mil. Só a Vitória Régia foi  
1500 quatro milhões e oitocentos mil. Como é que vai construir galpão para dezesseis  
1501 escolas de samba com três milhões? É muito mel para passar na boca de  
1502 formiga, meu irmão. E agora vamos voltar para o nosso tema, porque as pessoas



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1503 vem aqui, voltam atrás, bagunçam a nossa reunião e vão embora. Por favor,  
1504 coloque o meu tempo agora que eu vou falar do tema anterior. **Presidente:**  
1505 Obrigado, conselheiro. Agora o senhor tem dois minutos para se manifestar a  
1506 respeito do tema do Pedro Cacheado. **Elson Rocha:** Pois é, pessoal, o que  
1507 acontece é essa situação que o Pedro Cacheado comentou, é completamente a  
1508 realidade, não é? Que a gente precisa, a todo tempo que tiver esse tipo de  
1509 questionamento, trazer para a reunião, mas, infelizmente, não é o que está  
1510 acontecendo. Não sei qual é o erro no processo, que agora se aprendeu a passar  
1511 por cima do Conselho. Eu não sei por quê? Qual é o motivo? Porque, assim,  
1512 entendam uma coisa: o Conselho Estadual de Cultura é legalmente constituído,  
1513 ele é representativo, ele é um órgão de fiscalização. E eu queria deixar meu  
1514 pedido aqui: que os próximos pareceristas sejam escolhidos pela equipe do  
1515 Conselho, como sempre foi. Ou será que os outros secretários estavam errando?  
1516 Será que só agora estão acertando? Nós tivemos agora uma avaliação aqui de  
1517 uma pessoa que participou, que não teve o ponto extra, por ser mulher. Ela  
1518 recorreu e, por mais estranho que pareça, voltou dizendo que ela não é mulher,  
1519 que ela não tem direito ao ponto extra, por ser mulher. Tirando o direito das  
1520 mulheres. Aí a gente vê as mulheres fazendo manifestação, querendo cinquenta  
1521 por cento. Eu sou uma das pessoas que apoio. Mas quando a gente vê essas  
1522 discrepâncias, sabe o que é o pior de tudo? É que a pessoa recorreu. Dentro dos  
1523 estados, todo mundo diz: “eu não acredito em prefeito, eu não acredito em  
1524 governador, mas eu acredito no processo democrático dos editais”. Aqui no  
1525 Amazonas se perdeu isso. Tanto no Amazonas quanto em Manaus se perdeu  
1526 isso, porque as pessoas estão passando nos editais e ninguém pode questionar.  
1527 E outra coisa: por que o governo federal, quando a pessoa se inscreve na Lei  
1528 Rouanet, tem direito a ver tudo? Eu posso até ver o edital do meu concorrente.  
1529 E aqui é LGPD, não sei o quê, que protege os projetos. Não tem nada disso,  
1530 gente. A gente tem que votar aqui e abrir tudo. A pessoa que participar do edital  
1531 tem que deixar o projeto dela aberto. Tem que ser assim. Nós não podemos mais  
1532 ficar escondendo. Aí ficam passando pessoas que não têm direito, e as pessoas  
1533 que têm direito, que nem é circo, passa no circo e quem está morrendo no  
1534 semáforo, pegando sol, trabalhando, não passa. E aí a gente tem que aceitar,  
1535 porque em nenhum momento eu assinei cheque em branco para esse Instituto.  
1536 Outra coisa, nós solicitamos o extrato do Instituto, até hoje não chegou. A SEC  
1537 solicitou o extrato do Instituto, até hoje não chegou. E fica por isso mesmo, fica  
1538 tudo bacana. E se for fazer votação, pelo incrível que pareça, vai ter figuras que  
1539 vem falar aqui, atrasadas, e vão dizer que está certo fazer isso. Infelizmente é  
1540 isso. Acabaram com o CONEC, a esperteza acabou com o CONEC. Obrigado.  
1541 **Presidente:** Obrigado, conselheiro. Próxima pauta, ainda do conselheiro Pedro,  
1542 é a pauta de número 8: Dados das inscrições dos editais do ciclo 2. **Pedro**  
1543 **Cacheado:** Não André, agora tu tens que deixar a ASPC falar. **Presidente:** Eu  
1544 sei, agora é a doutora Anne. Desculpa, desculpa. Eu estou no automático.  
1545 Doutora Anne, por favor. **Anne Paiva:** Obrigada. Em relação a alguns



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1546 questionamentos do conselheiro Pedro, só para explicar um pouquinho para  
1547 vocês como é que está sendo esse processo agora. De fato, a gente sabe que  
1548 houve uma mudança entre os editais do ciclo 1 e os editais do ciclo 2. Com o  
1549 ingresso do Instituto, alguns procedimentos ficaram um pouquinho diferentes.  
1550 Por isso que é muito importante mesmo que vocês levarem esses pontos, para  
1551 que a gente sempre consiga alinhar a melhor forma de realizar esses processos  
1552 e atender melhor os fazedores de cultura. Uma coisa em relação ao  
1553 questionamento do conselheiro Pedro: as análises documentais estão sendo  
1554 feitas agora. O que são as análises documentais? São as que estão previstas no  
1555 edital: documentação de RG, comprovante de residência, conta bancária, até  
1556 mesmo se a pessoa está inscrita no Cadastro Estadual de Cultura, é agora nessa  
1557 fase. Então, assim, algumas questões que vocês estão colocando, como a  
1558 empresa não ser uma empresa que tem dois anos de atuação, como vocês  
1559 falaram hoje, se o edital dizia que ela precisava ter dois anos e ela não tem, é  
1560 agora que ela vai cair. E a mesma coisa para o proponente: ele não tem dois  
1561 anos de atuação, mas para ingressar no cadastro ele não precisa ter dois anos  
1562 de atuação? Então, se ele não tiver dois anos de atuação, ele não vai conseguir  
1563 comprovar que está lá no Cadastro. A gente está fazendo essa checagem no  
1564 Cadastro Estadual de Cultura e essa pessoa vai ser desabilitada nessa fase.  
1565 Sobre o que mais o conselheiro Pedro tinha colocado, em relação às análises:  
1566 nos processos anteriores eram feitas análises por três avaliadores, então vocês  
1567 tinham uma média um pouco diferente da forma que está sendo feita agora, que  
1568 são dois. Mas, caso os senhores estejam se insurgindo em relação a essa  
1569 questão das análises, isso também é um ponto importante a se colocar, tanto  
1570 perante nós da Secretaria quanto perante o Instituto, para que a gente possa  
1571 alinhar isso melhor. Só mais um ponto, em relação à questão da pessoa não ser  
1572 do audiovisual e estar apresentando projeto no audiovisual: os editais colocam  
1573 que a pessoa tem que ser fazedora de cultura, tem que ser alguém cadastrado  
1574 no Cadastro Estadual de Cultura e tem que ser artista. Então nada impede isso.  
1575 Inclusive, isso acontece em vários editais e acontece também com pessoas de  
1576 várias cadeiras dos senhores, da pessoa aplicar, por exemplo, para circo e  
1577 teatro, para audiovisual e teatro. Vocês sabem que a arte e a cultura são  
1578 interseccionais, então acontece de uma pessoa também ser ativa em mais de  
1579 uma área. Por isso que às vezes acontece de uma pessoa, de fato, não ter a  
1580 característica principal de ser do audiovisual, mas atuar no audiovisual agora.  
1581 Isso faz parte, isso é uma das questões que auxiliam na atribuição de nota. E  
1582 um outro ponto que eu acho relevante, em relação ao que o conselheiro Pedro  
1583 colocou, é que, quando vocês estão analisando os editais, é muito importante  
1584 ver quais são os critérios de avaliação, porque isso acaba também gerando  
1585 dúvidas. Às vezes os artistas nos procuram e questionam alguns pontos dos  
1586 critérios de avaliação. Mas se está definido que, por exemplo, o portfólio vale  
1587 cinco pontos, é isso que ele vai valer. Talvez seja interessante refletir: será que  
1588 alguns critérios, como histórico e tempo de atuação, não deveriam valer mais do



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1589 que outros critérios? Enfim, muito obrigada. **Thiago Hermido:** Se tu me permites  
1590 também, Pedro, só concluir, Presidente, se você me permite também concluir, é  
1591 em cima da fala da Anne e a respeito das dúvidas do conselheiro Pedro. **Pedro**  
1592 **Cacheado:** Eu permito, Thiago. **Presidente:** Sem problema, doutor Thiago.  
1593 **Thiago Hermido:** Assim, eu concordo com a Anne. Eu acho que, já que os  
1594 senhores, principalmente o Pedro, falaram sobre como nós podemos melhorar  
1595 isso? Eu acho que essa é a questão, esse é o ponto. A gente talvez deva se ater  
1596 mais a esses critérios de avaliação e ao objeto do edital. O objeto do edital é  
1597 fundamental, não para amarrar, mas para deixar claro para aquele fazedor de  
1598 cultura qual é o projeto que ele está escrevendo ali ou qual é a ação que ele  
1599 pretende desenvolver. E, dentro dos critérios de avaliação, a gente também  
1600 entender o que ali a gente pode ter de pontuações diferentes. Eu lembro que  
1601 esse ponto que a Anne colocou foi uma das nossas votações no primeiro ciclo.  
1602 A gente chegou a colocar isso para os artistas: vocês acreditam que pessoas  
1603 com mais tempo de trajetória na cultura devam ter uma pontuação diferente ou  
1604 devam ser avaliadas de forma diferente no critério de avaliação? E, naquele  
1605 momento, não foi a votação da maioria, por exemplo, só para vocês terem uma  
1606 ideia. Então eu acho que estabelecer melhor esses critérios de avaliação, eles  
1607 são importantes. Sejam eles múltiplos, que não sejam apenas subjetivos, mas  
1608 que também sejam objetivos em determinados pontos da avaliação daquele  
1609 projeto. O que pode ser objetivo e o que pode ser subjetivo? Para que a gente  
1610 também não tenha uma avaliação muito... porque, assim, não adianta, a gente  
1611 aqui pode tentar explicar para vocês esses processos todos, mas nada vai ser  
1612 diferente, porque a forma como eu enxergo um projeto, por exemplo, pode ser  
1613 diferente da forma como o presidente André enxerga, da forma como o  
1614 conselheiro Elson enxerga, da forma como o conselheiro Pedro enxerga, mesmo  
1615 a gente sendo da mesma área. Nós vamos ter entendimentos diferentes, então  
1616 talvez seja importante pensar melhor esses critérios de avaliação, pensar  
1617 também o que são esses objetos, o objeto específico de cada edital e tentar criar  
1618 essa relação entre uma avaliação mais objetiva e uma avaliação mais subjetiva,  
1619 para que a gente tenha um equilíbrio maior. E, concluindo, de fato, de três  
1620 avaliadores para dois, essa subjetividade fica ainda mais acentuada. Quando  
1621 você tem três avaliadores, você ainda consegue ter uma margem maior. Ou,  
1622 como o próprio conselheiro Elson sugeriu há um tempo atrás, ter três avaliadores  
1623 e desconsiderar a menor nota, por exemplo. Eu acho que são essas questões  
1624 que a gente precisa discutir nos editais, para que a gente consiga ter um  
1625 equilíbrio melhor nessas notas. E, quanto à questão das avaliações e dos  
1626 retornos, isso também, infelizmente, a gente não tem como generalizar, tem que  
1627 ser caso a caso. Como essa situação que o conselheiro Elson comentou: se é  
1628 uma pessoa, se ela é mulher e tem direito a concorrer e, por algum motivo, a  
1629 informação que veio para ela não foi essa, ela deve continuar recorrendo, não  
1630 mais por aquela forma, mas por outra, encaminhando para o e-mail da ASPC,  
1631 encaminhando para o e-mail da Secretaria, apresentando essas provas, esses



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1632 *prints*. Para que a gente tome uma atitude em relação a isso, porque, por mais  
1633 que não seja dentro daquele período, se há esse direito, o trabalhador, fazedor  
1634 de cultura ainda tem o direito de recorrer e de receber alguma resposta, que seja  
1635 reanalisado. Porque pode ser um erro ou pode não ser um erro, e quanto mais  
1636 esclarecimento houver, melhor. Então, se existe essa questão, conselheiro  
1637 Elson, eu acho que a pessoa ainda precisa encaminhar esse e-mail para  
1638 verificação. Quando é algo assim tão estranho, porque é diferente de uma nota,  
1639 por exemplo: “eu tirei cinco e queria nove, e veio uma resposta dizendo que eu  
1640 não merecia nove”. Isso entra na subjetividade. Agora, se é uma mulher e ela  
1641 tinha direito a essa pontuação e não recebeu, então precisa continuar esse  
1642 processo para verificar o que aconteceu então. É isso, obrigado. **Presidente:**  
1643 Obrigado, Thiago. **Pedro Cacheado:** É, assim, só para responder à Anne e ao  
1644 Thiago. O que precisa acontecer, Thiago e Anne, de alguma forma, a ASPC é o  
1645 bastião da cultura do momento, porque a gente está saindo, não é? Então,  
1646 assim, a gente pediria a vocês, como contratante também, porque a Secretaria  
1647 de Cultura também é contratante, que fizessem uma análise com o Instituto  
1648 Trocando Ideias para que esses critérios realmente mudem. E eu concordo que,  
1649 dentro desse processo, a gente deixou passar alguns critérios de avaliação ali.  
1650 Mas o Instituto Trocando Ideias precisa ouvir, e acho que isso tem que ser levado  
1651 a eles. Eles precisam ouvir um pouco mais sobre o histórico de como a gente  
1652 chegou até aqui, porque o que parece é que a gente evoluiu e depois regrediu.  
1653 Ano passado eu pedi para fazer uma espécie de curso com os avaliadores  
1654 selecionados, que fossem nos apresentados os avaliadores. Isso não aconteceu.  
1655 Estão selecionando gente do Sul. Eu sou de acordo que seja gente de fora do  
1656 Estado do Amazonas, mas se perdeu toda a questão do fator amazônico, da  
1657 sensibilidade cultural local. Gente que não entende absolutamente nada de  
1658 Amazônia, de Amazonas; avaliando os projetos. Então, a gente evoluiu e  
1659 regrediu. A partir desse momento, eu acredito que vou estar do outro lado do  
1660 balcão, mas o que seria importante e que sanaria também algumas questões  
1661 colocadas aqui, seriam escutas presenciais. Apresentação dos editais  
1662 presencialmente, para que o debate fosse público. Enfim, eu encerro aqui minha  
1663 fala, mas ainda pedindo que a ASPC tome providências para aproximar do que  
1664 já estava e de novas soluções, para que os próximos editais aconteçam de forma  
1665 mais clara para todo esse processo, para que a gente não penalize tanto os  
1666 fazedores de cultura. Está bom, obrigado. **Presidente:** Obrigado, Pedro. A gente  
1667 vai agora para o item 8, que é os dados das inscrições dos editais do segundo  
1668 ciclo, que também é de autoria sua. E aí, eu abro a moderação por dez minutos  
1669 e abro a voz à ASPC para conduzir, mas passo primeiro para a você. **Pedro**  
1670 **Cacheado:** Eu gostaria que a Presidência solicitasse, no prazo mais rápido  
1671 possível, não sei se 48 ou 72 horas, que sejam apresentados os dados das  
1672 inscrições, porque até o momento a gente não sabe quantas pessoas se  
1673 inscreveram. A gente já terminou os processos do ciclo 2 e a gente precisa  
1674 debater esses dados para comparar, inclusive, com os dados do ciclo 1. Eles



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1675 não precisam estar todos estratificados, mas pelo menos a quantidade de  
1676 inscritos. Se for possível por segmento, seria ótimo; por gênero também seria  
1677 ótimo, mas a gente precisa solicitar esses dados para uma análise técnica a  
1678 respeito do que foi que aconteceu nesse edital. O resultado preliminar vai sair  
1679 amanhã, hoje é dia 8, mas ainda assim a gente precisa pelo menos de uma  
1680 informação sobre os dados de inscrições para entender qual foi o tamanho da  
1681 procura e se houve uma baixa adesão. Porque é isso que eu estou entendendo:  
1682 nesses três primeiros editais já houve uma queda no número de inscritos. Isso  
1683 denota o quê? Que a busca ativa faz falta, busca ativa a tempo, que o tempo  
1684 para o debate faz falta, que as escutas públicas fazem falta. Então, eu gostaria  
1685 que o senhor solicitasse essas informações. Deixo aqui registrado o meu  
1686 requerimento e peço que o Instituto apresente isso o mais rápido possível.  
1687 **Presidente:** Agradeço, conselheiro Pedro, e solicito que a ADM faça a  
1688 solicitação à ASPC, em caráter de urgência, no prazo de até 48 horas, para nos  
1689 apresentar os dados das inscrições dos editais, considerando a fala e a  
1690 proposição do conselheiro Pedro. Sendo eles divididos. **Pedro Cacheado:** A  
1691 ASPC tem esses dados hoje? Imagino que não, não é? **Thiago Hermido:** Existe  
1692 um painel, Pedro. É, desculpa residente, posso responder? **Presidente:** Pode  
1693 sim, senhor. **Thiago Hermido:** É, existe um painel já, de acompanhamento, que  
1694 eles podem nos fornecer essas informações. Não é algo muito demorado. Eu  
1695 realmente não sei te dar detalhes, como tu falaste, mas acredito que a questão  
1696 das inscrições, número de inscritos, isso é rápido e é semelhante ao painel que  
1697 eu coloquei para os senhores mais cedo, só que dentro do sistema deles. Aquele  
1698 painel que indiquei mais cedo já é público. Esses dados já estão no portal da  
1699 cultura. Como os editais ainda estão em andamento, um ainda está em aberto e  
1700 o outro ainda está em conclusão, por isso ainda não os tornamos públicos. Mas,  
1701 assim, as informações prévias que nós já temos indicam que o número de  
1702 inscritos é o dobro das inscrições dos últimos editais. Houve muitos inscritos,  
1703 sim. Agora a gente precisa entender de onde são, por área, e isso a gente pode  
1704 solicitar para encaminhar aos senhores. **Presidente:** Então, na tua fala, a  
1705 solicitação seria, não é, Paulo, para uma dinâmica muito melhor, a gente ter  
1706 esses dados por calha, por sexo e por segmento, que aí a gente conseguiria  
1707 saber melhor, na fala do Pedro, o que baixou nas inscrições e o que aumentou  
1708 nas inscrições. E aí a gente... **Pedro Cacheado:** O Thiago está dizendo que esse  
1709 painel já está mais robusto, então é só a questão de solicitar e pedir para o ADM  
1710 solicitar isso no prazo mais curto possível. **Presidente:** E aí, ainda no item 9:  
1711 que também é uma solicitação do conselheiro Pedro, sobre a atualização da Lei  
1712 Estadual de Incentivo à Cultura, eu abro a moderação por 10 minutos e abro a  
1713 palavra à ASPC para conduzir as explicações. Quem for se manifestar, poderá  
1714 fazer por dois minutos. **Presidente:** Quem for se manifestar poderá fazê-lo por  
1715 até 2 minutos. **Pedro Cacheado:** Perdão. Bom, já fazem algumas reuniões que  
1716 a gente tem solicitado essa questão da Lei Estadual de Incentivo, e a única  
1717 informação que chega para a gente é que foi indeferida no processo interno da



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1718 SEFAZ. Então, primeiro, eu gostaria de solicitar o projeto de lei que foi tramitado,  
1719 o parecer da SEFAZ a respeito, qual a data dos protocolos e demais  
1720 informações. Porque é preciso reabrir essa discussão sobre a lei de incentivo à  
1721 cultura. O que a gente está vendo é que existem muitos novos agentes entrando  
1722 no mercado da cultura e houve crescimento. Hoje, a cultura também é sinônimo  
1723 de economia e oportunidade, o que é positivo. Mas não vai dar para todo mundo  
1724 sobreviver apenas com editais financiados com recursos do governo federal.  
1725 Então, a gente precisa de outros mecanismos, e eu gostaria muito de fazer um  
1726 estudo a respeito disso, para viabilizar outras formas de financiamento a cultura.  
1727 Eu sei que está em curso uma reforma administrativa, jurídica e tributária no  
1728 Brasil, mas os impostos não deixarão de existir. As leis de incentivo serão  
1729 ajustadas. Inclusive, a Lei Rouanet não foi alterada nesse aspecto. O imposto de  
1730 renda continuará sendo cobrado separadamente, mas a gente precisa entender  
1731 quais são os mecanismos de incentivo a partir de um projeto de lei que já foi  
1732 tramitado. Então, objetivamente, o que eu gostaria é saber qual foi o projeto que  
1733 foi tramitado, que chegou a ser estudado pela SEFAZ, e qual é o documento de  
1734 parecer da SEFAZ. É isso. **Presidente:** Conselheiro Pedro, obrigado. Eu  
1735 gostaria de saber se o Thiago vai se manifestar ou se a conselheira do poder  
1736 público, nossa amiga da SEFAZ, está presente para contribuir com a fala. É  
1737 contigo, Thiago. **Thiago Hermido:** Sobre essas solicitações, Pedro, a gente vai  
1738 verificar administrativamente para encaminhar para você, se assim for indicado.  
1739 Lá constam todos os protocolos e todos esses pontos: o que falta, onde ficou  
1740 parado, com quem ficou parado e em qual setor ficou. Mas é importante, e aí já  
1741 é uma sugestão, se vocês me permitem, que, como já é o fim do mandato desta  
1742 gestão, isso fique para o próximo Conselho. Assim como vocês criaram várias  
1743 comissões para debater questões legislativas e administrativas, que se crie uma  
1744 comissão específica para isso. Porque, a partir de 2029, as leis de incentivo  
1745 estaduais e municipais tendem a acabar, pelo que está sendo construído hoje  
1746 com a reforma tributária. Mesmo com essa reforma, os estados não terão mais  
1747 essa autonomia total sobre esses recursos, porque serão criados impostos  
1748 únicos. O que posso dizer é que já existem diversos grupos, com tributaristas,  
1749 artistas, fazedores de cultura e empresários da cultura, conversando  
1750 possibilidades dentro dessa reforma para tentar manter esses incentivos ou criar  
1751 novos mecanismos que os substituam. Então, esse é um debate que vai além  
1752 do Conselho, embora o Conselho tenha um papel importante. Ele pode ser  
1753 conduzido por meio de uma comissão, mas também pode ocorrer de forma  
1754 independente, com a criação de grupos de estudo, junto ao próprio escritório do  
1755 Ministério e aos fóruns existentes na cidade e no estado. Também é possível  
1756 convidar economistas e tributaristas que estão acompanhando essas mudanças.  
1757 Se for do interesse dos conselheiros, a Secretaria pode, por meio de ofício,  
1758 buscar a participação de técnicos do Ministério ou especialistas para contribuir  
1759 com essa construção. Porque, de fato, essas leis não devem continuar existindo  
1760 a partir de 2029. A Secretaria já participa de um grupo de gestores estaduais que



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1761 discute essas questões, já que, embora essa lei ainda não exista no nosso  
1762 estado, ela existe em outros e todos estão preocupados com os impactos da  
1763 reforma. Como você mencionou, duas leis não entram nesse cenário: o Fundo  
1764 Setorial do Audiovisual e a Lei Rouanet. Essas continuam, pois são leis federais  
1765 e se adequam à nova estrutura tributária. As leis estaduais e municipais é que  
1766 não se encaixam nessa nova configuração. Mas tenho contatos de tributaristas  
1767 que podem nos auxiliar e explicar melhor essa questão. Se houver interesse,  
1768 ainda neste período, podemos solicitar uma videoconferência para que  
1769 possamos entender melhor o cenário nacional e como construir alternativas para  
1770 o nosso estado. É isso, obrigado. **Presidente:** Obrigado, Thiago. A gente  
1771 observa também, em nível Brasil, nessa questão dos incentivos, principalmente  
1772 nas diversas linguagens da arte, a criação de fundos específicos, como fundos  
1773 setoriais para dança, para teatro, justamente para tentar manter esses  
1774 mecanismos a partir de 2029. Já que a lei vai mudar, agora a gente passa para  
1775 o item 10, que é a aprovação dos relatórios anuais de atividades do CONEC de  
1776 2024 e 2025. Considerando que já temos a ausência de alguns conselheiros, eu  
1777 gostaria de sugerir que esse item 10 seja colocado para uma próxima reunião.  
1778 Então eu peço a contribuição de vocês: se todos votam a favor de que a pauta  
1779 10 seja transferida para uma próxima reunião, possivelmente extraordinária. Os  
1780 que concordam, permaneçam como estão. Então a pauta 4,5 e 10 ficam para  
1781 uma próxima reunião. Sem mais pautas para o dia, peço que a equipe de apoio  
1782 tome as providências necessárias e **dou a ordem do dia por encerrada**  
1783 passando para os **ASSUNTOS GERAIS** de interesse deste Conselho. 20  
1784 minutos. Abro voz ao plenário para quem quiser se manifestar no prazo de até  
1785 dois minutos, sobre temas e assuntos sem caráter deliberativo. Então, começa  
1786 pelo conselheiro Elson e os convidados que gostariam de se manifestar também  
1787 poderão se manifestar até dois minutos. Conselheiro Elson. **Elson Rocha:** O  
1788 edital da eleição está aí na porta para a gente lançar. Temos uma audiência  
1789 pública para tentar ouvir a sociedade, algo inovador como nunca a Secretaria  
1790 tem feito em relação à eleição. Isso foi um entendimento da comissão eleitoral e  
1791 também dos conselheiros, que a gente conversou muito no grupo, e graças a  
1792 Deus deu certo. A gente procurou ouvir a sociedade, e eu acho que esse é o  
1793 caminho. Colocamos também a questão da execução do calendário eleitoral,  
1794 porém essa comissão entendeu que o calendário eleitoral precisa ser lançado  
1795 como solução e não para apresentar problemas. Aí o que acontece: no decorrer  
1796 do processo, nós identificamos que a plataforma do Cadastro Estadual não  
1797 estava aceitando atualização de quatro cadeiras, que são Folclore e Carnaval,  
1798 Cultura Indígena, Cultura Afrodescendente e Cultura Popular de Matriz Ibérica.  
1799 Então nós teríamos aí quatro cadeiras praticamente em que as pessoas não  
1800 iriam conseguir se atualizar no cadastro. Dentro disso, foi identificado também  
1801 que antes existia no cadastro de todo mundo, havia a questão do cadastro da  
1802 atividade lá, que você escolhe: “meus serviços”. Então, dentro dos “meus  
1803 serviços”, quem fez cadastro com mais de dois anos, “meus serviços”, está em



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1804 branco. Ou seja, nós votamos, que a comissão eleitoral também aprovou, que  
1805 as pessoas só vão poder votar e ser votadas na cadeira principal, na atividade  
1806 principal. O que acontece? Vou dar um exemplo: O Elson aqui, eu sou do  
1807 folclore, participo do teatro, da quadrilha, participo da composição da música,  
1808 mas eu não posso me inscrever na música, não posso me inscrever na dança e  
1809 também não posso ter essa opção de escolha porque eu sou do folclore. Então  
1810 foi uma participação aqui, até do conselheiro Paulo, que adicionou essa questão,  
1811 e a gente acatou. Só que, para isso, a plataforma tem que estar 100% para  
1812 receber os cadastros. Ontem era para ter sido lançado [o edital de eleição], nós  
1813 não conseguimos. Ficamos de fazer algumas alterações hoje, e quando fomos  
1814 alterar percebemos outros problemas. Ou seja, danças folclóricas estão dentro  
1815 de dança. Quadrilha está dentro de dança. Ciranda, cangaço, está tudo dentro  
1816 de dança. E a gente teria um problema na votação para as pessoas escolherem  
1817 os itens e subitens. Aí, até então, a gente criou dentro da plataforma, o T.I. já  
1818 está fazendo as modificações. Mas a Comissão tem o entendimento de que nós  
1819 só vamos lançar esse edital quando estiver tudo certo, para não termos problema  
1820 das pessoas que estão cadastrando. No decorrer da reunião, muitas pessoas  
1821 falam assim: “mas eles podem ligar para a SEC para pedir orientação”. Não é  
1822 esse o papel, o objetivo. O objetivo é chegar lá na plataforma, você escolher a  
1823 sua cadeira, escolher o seu serviço e está tudo lá. Não é para a pessoa imaginar  
1824 ou ficar inventando. “Eu não consigo me inscrever no folclore e vou me inscrever  
1825 na dança.” E aí, na hora de votar, você não vai ter o direito à dança. Essa  
1826 comissão eleitoral vai avaliar o seu portfólio e vai ver que você é do folclore e  
1827 não é da dança, por exemplo. E você não vai ter direito a voto. Tá, beleza, e aí  
1828 não vai ter direito a voto. Então, pessoal, a gente tem todo esse cuidado. Quero  
1829 dizer que eu não sou candidato, que eu não tenho candidatos, e a gente vai  
1830 trabalhar da melhor forma possível. Qualquer tipo de problema em relação a  
1831 eleitor que vocês puderem denunciar também: invasão de cadeira, pessoas que  
1832 não correspondem ao setor, eu estou à disposição, não tenho problema nenhum  
1833 em responder a todos. Mas, assim, uma das questões de o edital não ir para rua  
1834 foi a comissão eleitoral que segurou, por questão de não ter plataforma. A  
1835 plataforma existe, mas não está adequada a receber os fazedores de cultura. E  
1836 aí o pessoal do T.I. tem muito interesse em fazer, encontraram algumas  
1837 dificuldades, mas agora estamos alinhando para ver o quanto mais rápido  
1838 possível a gente pode colocar a plataforma no ar e o processo eleitoral para  
1839 frente. Lembrando que esse ano nós temos reconhecimento facial, não vai poder  
1840 o eleitor votar no nome do outro. Você cadastra sua foto, vai ter a comparação  
1841 das fotos inicial e final no dia da votação. Então, com isso, a gente traz o direito  
1842 de a pessoa que se eleger realmente, não é aquela que tem um banco de dados  
1843 embaixo do braço e monte de nomes de artista. É isso aí, pessoal. Um abraço.  
1844 **Presidente:** Obrigado, Conselheiro Elson. Eu passo a fala agora para o produtor  
1845 cultural do Dá Teus Pulos, de Itacoatiara, para a fala. Eu gostaria que o ADM me  
1846 informasse se tem mais alguém com a mão levantada. Parece-me que o pessoal



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1847 de Nogueira também gostaria de falar, então eu passo para você, Eder Gama.  
1848 **Pedro Cacheado:** Tem um informe sobre o plano aí, alguém quem pediu esse  
1849 informe? **Lucimar Marques:** Fui eu, Lucimar. **Pedro Cacheado:** Do Plano  
1850 Estadual de Cultura. Quem? **Presidente:** A Lucimar. **Lucimar Marques:** Sim, fui  
1851 eu quem pedi. **Presidente:** Mas qual é o item? Porque já passou tudo. Já  
1852 estamos no ponto em que os itens 4, 5 e 10 foram remetidos para uma próxima  
1853 reunião. **Sérgio Cruz:** Presidente, pelo que entendi, ela está querendo uma  
1854 posição sobre o Plano Estadual de Cultura, não é isso, conselheira? **Lucimar**  
1855 **Marques:** Sim, sim. Não é pauta não, é só um informe rápido. Em que pé está o  
1856 Plano Estadual de Cultura? **Sérgio Cruz:** Perfeito, Presidente, só para lembrar  
1857 que hoje, no informe do expediente, foi falado sobre esse tema, que ele estava  
1858 aguardando apenas a PGE encaminhar o posicionamento deles sobre o Plano  
1859 Estadual de Cultura. Eu informo que hoje, no período da tarde, inclusive, logo  
1860 depois da minha fala, nós recebemos aqui pelo sistema a devolução da PGE  
1861 aprovando juridicamente a lei e ela vai ser apresentada aos conselheiros e  
1862 encaminhada para a Casa Civil, para que ela seja encaminhada também para a  
1863 ALEAM aprovar a lei. Então, informo que isso vai ser feito durante esta semana  
1864 e, mais tarde ou na próxima semana, já deve estar sendo encaminhado para a  
1865 Casa Civil. **Presidente:** Obrigado, doutor Sérgio. Passo a fala agora para o Eder  
1866 Gama. Na sequência, tem o Karter Duarte, de Manacapuru e demais outros  
1867 convidados do município de Alvarães, da comunidade de Nogueira. Doutor Eder,  
1868 dois minutos, por favor. **Eder Gama:** Primeiramente, boa tarde a todos. Gostaria  
1869 de saudar aqui todos os presentes, em nome do presidente André Durand, em  
1870 nome de todos os conselheiros. Eu quero falar sobre duas coisas hoje. A primeira  
1871 coisa que eu quero falar, eu não sei se já foi dito aí pelo nosso amigo André. Eu  
1872 quero registrar um estudo que eu fiz sobre os impactos das políticas públicas e  
1873 culturais de Itacoatiara, de 2021 a 2024. Pelo que me consta até o presente  
1874 momento, é o único livro no Brasil que tenta fazer uma análise sobre essas  
1875 políticas públicas numa cidade da Amazônia e do Brasil também. E aqui eu trago,  
1876 como uma instituição importante, o Conselho de Cultura. Eu ressalto a  
1877 importância do CONEC para os fazedores de cultura, como ele é importante nas  
1878 tratativas e no que diz respeito às demandas do povo do interior. Aqui consta o  
1879 nome de todos os membros do CONEC atual, sobretudo da sociedade civil. E eu  
1880 deixo dito para o conselheiro André que, quando ele vier a Itacoatiara, ele possa  
1881 fazer a relação dos nomes dos conselheiros, alguns já têm esse livro, para que  
1882 eu possa mandar esse livro, inclusive para o CONEC, para que conste na  
1883 biblioteca do CONEC e sirva para futuras análises e contribua para as análises  
1884 das políticas públicas culturais no Amazonas. Como eu disse antes, eu há mais  
1885 de 20 anos sou pesquisador da área da cultura, sou antropólogo de formação  
1886 pela Universidade Federal do Amazonas e sou estudioso também da área do  
1887 direito. Atualmente ministro aulas no curso de Direito na FAMETRO, portanto  
1888 sou profissional do direito. Ainda não sou advogado, não tenho carteira da OAB,  
1889 mas estamos nesse processo. Aqui nós fundamos, nesse processo de



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1890 implantação das políticas públicas culturais em Itacoatiara, o Coletivo “**Dá Teus**  
1891 **Pulos**”, Observatório de Editais Culturais de Itacoatiara. Graças a esse coletivo  
1892 e ao coletivo que o CONEC fundou em Itacoatiara, vindo numa das suas visitas,  
1893 nós fundamos aqui o Fórum Permanente de Cultura. Essas duas instituições são  
1894 responsáveis por discutir editais culturais e fazer valer os direitos dos artistas da  
1895 cidade de Itacoatiara. Ainda estamos na luta da implantação do CPF da Cultura,  
1896 estamos nas tratativas. Não é fácil lidar com o poder público, mas a gente  
1897 persiste. Então, por que eu estou falando isso? Já fiz algumas contribuições para  
1898 o CONEC, inclusive, vocês que estão terminando a gestão como membros do  
1899 CONEC. Eu fiz parte, na época o conselheiro Everaldo Barbosa, nós fizemos  
1900 parte da comissão eleitoral que realizou todo o processo do pleito para que vocês  
1901 pudessem estar aí hoje. Hoje a gente está finalizando a participação de vocês,  
1902 então estou muito feliz por conta disso. Dado o nosso conhecimento na área do  
1903 direito, conhecimento jurídico, conhecimento enquanto pesquisador da cultura,  
1904 o “**Dá Teus Pulos**” vem atuando como ‘advocas’ dos coletivos de Itacoatiara,  
1905 especialmente, a Associação Quilombola do Sagrado Coração de Jesus, no  
1906 Lago de Serpa, aqui em Itacoatiara, um dos únicos quilombos que existem no  
1907 estado do Amazonas. Eles estão nesse processo, já passaram pelo processo de  
1908 reconhecimento e estão pelo processo de adequação de suas terras. Por que eu  
1909 falo isso? Porque em 2025 o quilombo foi aprovado no edital nº 10/2024,  
1910 Fomento à Execução das Ações Culturais de Proponentes Negros, com projeto  
1911 intitulado “Artes Integradas do Quilombo de Serpa”. No âmbito desse edital, o  
1912 proponente foi o Chico Hélio, vice-presidente do quilombo. E aí nós fizemos todo  
1913 o processo de habilitação para receber o prêmio. O que a gente percebeu, e o  
1914 que vocês estão deixando transparecer nas discussões de hoje, é que a SEC  
1915 sempre teve problema com o sistema. E aí a gente entra naquela discussão hoje  
1916 até da inteligência artificial e dos sistemas integrados de internet. Até que ponto  
1917 esses sistemas são assertivos e válidos, por exemplo, para recebimento de  
1918 documentos? Por exemplo, para habilitar nesse edital, nós propusemos todos os  
1919 documentos em tempo hábil e, como sou advogado de formação, todo advogado  
1920 é desconfiado. O que eu fiz? Eu filmei e tirei foto de todo o processo de  
1921 habilitação do sistema no momento fiz aqui. E mandei e deu como se fosse  
1922 enviado. Então, para nossa surpresa, o que aconteceu quando saiu o resultado?  
1923 Quando saiu o resultado final, saiu que o Quilombo de Serpa não estava  
1924 habilitado. E aí, eu entrei com processo mostrando e tudo. E nós pelo setor  
1925 administrativo ainda, pediu que mandássemos os documentos novamente. Foi o  
1926 que nós fizemos, mandamos todas as CNDs, explicamos o problema e enviei as  
1927 filmagens, bem como as fotos do envio e tal e tal. E a surpresa que tivemos  
1928 novamente de que não foi aceito porque demorou tanto para eles analisarem  
1929 esse processo que foi gerado, que é o processo número 01.020.701.111/2025-  
1930 45, que quando chegou na mão de quem analisou todo o processo, toda a  
1931 documentação, logicamente que a CND estadual chegou vencida. Porque  
1932 demorou bastante. E aí, pela segunda vez, eles deram a negativa da habilitação



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1933 para que o Quilombo de Serpa recebesse o recurso, alegando que foi enviado  
1934 fora do prazo. Então, juntamente com o Conselheiro André, nosso Presidente  
1935 hoje, eu ressalto aqui, André, em nome da comunidade cultural dos artistas de  
1936 Itacoatiara, nós te agradecemos por todo o apoio que você tem despendido em  
1937 Itacoatiara, inclusive, estando presente muitas das vezes junto aos coletivos  
1938 para discutir questões municipais e estaduais, e graças a você, que sempre  
1939 levou as nossas demandas, nós tivemos, nós impetramos seis e-mails. Seis e-  
1940 mails que, inclusive, hoje eu fiz uma memória e análise e réplica, e pedi que o  
1941 André encaminhasse aos senhores para que vocês tivessem conhecimento de  
1942 fato do documento. E aí, a ASPC simplesmente faz uma resposta técnica vaga,  
1943 sem considerar de fato que nós propusemos, inclusive, desconsiderando o que  
1944 o nosso então secretário Caio André, em visita a Itacoatiara, no período de 4 a  
1945 7 de setembro de 2025. Tinha prometido aos representantes do Quilombo de  
1946 Serpa, que esse mal-entendido seria resolvido, ele chamou isso de “mal-  
1947 entendido burocrático”, ele que é advogado também. Então, doutor Sérgio, o  
1948 senhor com quem a gente sempre está dialogando do ponto de vista do direito,  
1949 nós sabemos muito bem quais são as fontes do direito. A gente tem ali Hans  
1950 Kelsen, que vai falar que as fontes do direito são justamente burocrática,  
1951 estrutural e institucional. Porém, nós temos como fonte do direito o chamado  
1952 pluralismo jurídico, que vai levar em conta justamente as demandas da  
1953 comunidade, a percepção da realidade; tudo aquilo que preconiza o que a  
1954 sociedade está demandando para o direito. Então, se o CONEC é um conselho,  
1955 é ele que ouve a sociedade e leva as demandas para serem discutidas, inclusive,  
1956 do ponto de vista jurídico. Eu ressalto aqui que não está tendo equilíbrio entre  
1957 esse direito Kelseano, e esse direito de uma representatividade jurídica  
1958 pluralista. Por quê? Porque vocês mesmos, quando falo vocês, [refiro-me] a  
1959 SEC, nas suas respostas se contradizem a todo momento no e-mail. Aí eu  
1960 pergunto: até que ponto podemos de fato discutir e levar à frente essa demanda  
1961 de um problema que foi gerado pelo sistema, por toda uma configuração  
1962 estrutural dentro da SEC, onde os produtores culturais do Quilombo de Serpa,  
1963 que moram no decorrer do Lago de Serpa, distante da cidade de Itacoatiara, com  
1964 dificuldade de internet, com dificuldade de locomoção e, investimento que eles  
1965 fazem para participar desses editais? Até que ponto o fator amazônico está  
1966 sendo levado em conta? Então, quer dizer que, quando é para dar negativa,  
1967 vocês se utilizam do Kelsen; quando é para dar uma resposta política, se utilizam  
1968 do pluralismo jurídico para dizer que estão abertos às questões da sociedade.  
1969 Então, é uma reflexão que eu coloco para o CONEC, que está em final de  
1970 mandato. Mais uma vez, fiz análise e mandei para que vocês tivessem ciência  
1971 disso. E, sinceramente falando, eu não sei se os produtores culturais do  
1972 Quilombo de Serpa terão o seu direito garantido, que, inclusive, é constitucional.  
1973 Eles não ganharam o processo no grito, o processo foi válido. Por quê? Porque  
1974 eles se habilitaram no edital, eles ganharam por todos os critérios necessários.  
1975 Mas, na hora de habilitar, burocraticamente falando, inventa-se, não se



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1976 reconhece toda a dificuldade da estrutura. Então, eu, como representante do  
1977 Quilombo de Serpa, hoje coloco esse questionamento: até que ponto nós  
1978 devemos levar essas solicitações adiante? Porque essa aqui já é a sétima, vai  
1979 para a oitava. E aí, até que ponto os novos conselheiros vão prestar atenção  
1980 para problemas como esse que, infelizmente, o pessoal do Quilombo de Serpa  
1981 está passando? Inclusive, em visita do secretário estadual de Cultura, o então  
1982 do senhor Caio André, quando esteve presente, ele disse: “Ô, meu amigo. Esse  
1983 aqui é o Chico Hélio, meu amigo, pesquei muito lá no Lago de Serpa com ele”.  
1984 Aí chega na hora, o Chico Hélio diz: “então, secretário, nós temos uma demanda  
1985 lá dentro que está em meu nome”. Então, até que ponto a amizade, as relações  
1986 e as questões burocráticas são pensadas e colocadas para fazer valer o direito  
1987 de uma comunidade que é necessitada, que enfrenta problemas de terras aqui  
1988 hoje? E o Estado, quando chega na hora de fazer valer seus direitos, eles são  
1989 colocados por escanteio. Então, mais uma vez, parabéns a todos os  
1990 conselheiros. Obrigado pelo apoio que vocês deram e dão à cidade de  
1991 Itacoatiara, e os coletivos estão de braços abertos para recebê-los a qualquer  
1992 momento que vocês queiram nos fazer uma visita. Um forte abraço. **Presidente:**  
1993 Muito obrigado, muito obrigado, Eder. Eu também reconduzi o pedido e, até  
1994 agora, na antepenúltima reunião, ficaram de providenciar uma resposta. Até  
1995 agora não temos retorno. Eu passo para a comunidade de Nogueira, agora a  
1996 fala, e na sequência eu passo para o Conselho. Aí eu passo para a conselheira  
1997 suplente Marly e depois para o conselheiro Vanderley e Karter, e aí tu  
1998 encerrarias, tá bom? Mas deixando aqui registrado, conselheira Lucimar e  
1999 demais conselheiros, que o convite que o coletivo de Nogueira está fazendo ao  
2000 CONEC é para o evento no final agora de abril. Então a gente ainda está dentro  
2001 do mandato até a posse dos novos conselheiros. Eles só passam a ser  
2002 conselheiros quando a posse acontecer, então a gente ainda está juridicamente  
2003 amparado. Eu passo agora para o senhor Nélio ou Hélio, da comunidade de  
2004 Nogueira, para fazer a sua defesa. Alguém da comunidade Nogueira presente  
2005 ainda na reunião? Boa tarde, alguém da comunidade Nogueira, do lago da  
2006 comunidade Nogueira, em Tefé? Alvarães. Não temos ninguém ainda, então eu  
2007 passo agora para a conselheira... **Klivia Fogaça:** Oi, temos! **Presidente:**  
2008 Temos? Então pode falar. **Klivia Fogaça:** Então, boa tarde a todos. Eu me  
2009 chamo Klivia, sou aqui do município de Alvarães, da comunidade de Nogueira  
2010 também, e foi feita uma solicitação para que os conselheiros pudessem participar  
2011 conosco aqui de uma atividade. O Hélio ficou com uma pauta para ser falada.  
2012 Não sei se ele está sem internet, porque aqui nós temos bastante dificuldade  
2013 com internet. Mas, eu gostaria de reforçar isso enquanto a gente tem fala,  
2014 enquanto vocês podem nos escutar. Vocês estão me escutando bem? Então, o  
2015 objetivo dessa agenda é realizar o acompanhamento das ações culturais  
2016 contempladas pela Política Nacional do Aldir Blanc, primeiro ciclo 2025,  
2017 permitindo aos conselheiros conhecer diretamente os impactos e investimentos  
2018 realizados no território. Trata-se de uma iniciativa estratégica para fortalecer a



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

2019 transparência, o monitoramento e a valorização das ações culturais  
2020 desenvolvidas no interior do Estado, no âmbito do Fundo Estadual da Cultura e  
2021 do Conselho Estadual de Cultura do Amazonas. Além disso, é fundamental a  
2022 realização de uma reunião presencial com os artistas e agentes culturais da  
2023 comunidade, devido às limitações estruturais do território amazônico. Muitos  
2024 desses artistas enfrentam dificuldade de acesso à internet e, conseqüentemente,  
2025 ficam impossibilitados de participar das reuniões online. Isso é algo que eu  
2026 acabei de falar aqui, acredito que Nogueira esteja até sem internet. Eu não sei  
2027 se o Hélio conseguiu fazer o acesso, mas a presença do Conselho neste território  
2028 possibilita essa escuta qualificada, que amplia a participação social, criando  
2029 condições reais para o debate das pautas sobre os editais, sobre as informações  
2030 relevantes ao setor da cultura. Assim também, aproxima todos os coletivos aqui  
2031 a contribuir para uma atuação mais justa, inclusive aliada à realização dos  
2032 fazedores de cultura do interior. **Presidente:** Mais alguma coisa, Klivia? **Klivia**  
2033 **Fogaça:** Acredito que seria isso, só para reforçar a presença de vocês para que  
2034 conheçam a nossa realidade, nossa estrutura, nossos coletivos e nossas  
2035 atividades que estão dentro do ciclo da cultura. **Presidente:** Certo, Klivia, muito  
2036 obrigado. E para os conselheiros... **Pedro Cacheado:** Quando é o evento?  
2037 **Presidente:** É no final do mês agora, conselheiro Pedro, mas já foi direcionado  
2038 o convite para o CONEC, para despacho. É deixar aqui registrado que a  
2039 presença desses conselheiros nesse local, nesse território, Pedro, vai até fazer  
2040 uma pressão, porque o PAR do município de Alvarães foi aprovado, agora  
2041 ninguém sabe como foi inserido, sem discussão nenhuma com a classe artística  
2042 daquele local. Eu passo a fala agora para a conselheira suplente Marly, que  
2043 ainda está on-line, depois tem o Vanderley, e aí encerra com a fala do Karter,  
2044 que tem uma fala também muito importante a respeito dessas avaliações dessa  
2045 comissão, que a gente também não sabe quem é. **Marly Nogueira:** Boa tarde a  
2046 todos, todos me escutam? Bem, somente reforçar o pedido ainda desses  
2047 conselheiros titulares para que futuramente seja levado em conta a votação  
2048 novamente, para que fique 50% para a capital e 50% para o interior. Porque a  
2049 nossa dificuldade no interior é muito grande, e uma delas já foi registrada por  
2050 essa moça que falou sobre a internet. Semana passada nós passamos, acho  
2051 que uns três dias aqui sem internet, então ficou muito difícil para muitas pessoas  
2052 fazerem e entrarem nos editais que houve de pontos e pontões de cultura. Muitas  
2053 pessoas ficaram de fora. Então, eu creio que o que tem que ser levado em conta  
2054 é essa parte, se foi um erro ou se deixaram de colocar, mas que seja colocado  
2055 de forma definitiva para que fique 50% para a capital e 50% para o interior. Se o  
2056 interior não atender a demanda dos 50%, com certeza irá para a capital e  
2057 atenderá a todos, porque, como a conselheira Lucimar falou, tem que chegar na  
2058 ponta. Porque em 2024 até hoje se vê tudo o que o Conselho fez e andou junto  
2059 aos outros artistas que não tinham essa acessibilidade de chegar próximo aos  
2060 editais. Para eles era muito difícil, mas com esse nosso acesso nós  
2061 conseguimos. Então tem que ser deixado isso já para os próximos editais que



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

2062 virão, de forma permanente: 50% para capital e 50% para o interior. E a respeito  
2063 da eleição, eu acho que um dos nossos problemas vai ser a internet na questão  
2064 da eleição futura, porque se não houver, muitos deixarão de votar. Mas,  
2065 infelizmente tem que acontecer, e que sejam eleitos conselheiros que realmente  
2066 não olhem só para a capital, mas olhem para o interior, porque em qualquer  
2067 eleição o nosso voto tem valor. O interior tem valor e tem que ser respeitado.  
2068 Muito obrigada. **Vanderley Pinheiro:** Eu gostaria só de deixar bem claro que,  
2069 pelo menos eu, sempre valorizei o nosso interior. Sou da capital, não nego, mas  
2070 eu lutei por isso. E tem gente na capital, artistas, que têm resistência a essa  
2071 divisão de cultura. E o que esse Conselho de Cultura puder fazer para que se  
2072 torne definitivo isso, essa partilha de 50% para a capital e 50% para o interior,  
2073 esse Conselho vai lutar. Deixar bem claro que esse Conselho, eu e o conselheiro  
2074 Elson fazemos parte da comissão, e foi vontade dessa comissão que houvesse  
2075 a escuta. Se dependesse do poder público, não aconteceria a escuta. Deixar  
2076 bem claro. Se dependesse do poder público, não haveria consulta pública para  
2077 eleição do novo Conselho. **Presidente:** Obrigado, conselheiro Vanderley. É que  
2078 está havendo muito corte, mas acredito que o senhor já tenha concluído, não é?  
2079 **Karter Duarte:** Já são aqui, 18h03, não é? Então, já é uma boa noite. Boa noite  
2080 a todos os conselheiros, representantes da cultura aqui do nosso estado. Queria  
2081 agradecer o convite, mais uma vez, do meu amigo André Durand e me dirigir a  
2082 conselheira Jordania, quando ela fala que tem nessa reunião alguns artistas  
2083 participando e, falar um pouco da insatisfação, porque se fosse trazer para cá,  
2084 para essa reunião o tanto de artista que foi prejudicado nessa última edição da  
2085 Aldir Blanc. Essa reunião seria lotada. Observando bem os temas colocados  
2086 nessa reunião desde a primeira colocação a respeito do recurso. Eu não sei nem  
2087 para que existe recurso nesses editais, que não serve para nada. A gente  
2088 elabora recurso e, aí, é só no CTRL C CTRL V a resposta. Eu fui autor de 5  
2089 projetos aqui; três em meu nome, um no meu ponto de cultura e mais um para  
2090 um amigo aqui de Manacapuru. Ficaram na suplência, fiz o recurso e,  
2091 automaticamente, a mesma resposta de um era para o outro. Não tinha clareza  
2092 de nada, era somente o copia e cola. E falar da minha insatisfação,  
2093 principalmente, defendendo aqui os artistas do meu município. Manacapuru foi  
2094 muito prejudicada. Não teve um sequer projeto aprovado nessa última edição. E  
2095 verificando também com outros amigos de outros municípios, também tiveram a  
2096 mesma situação que Manacapuru, muitos projetos bons não foram  
2097 contemplados. Falando de mim, sobre a questão dos projetos e, por exemplo,  
2098 eu tenho mais de 20 anos no movimento hip-hop. Eu comecei a participar do  
2099 movimento hip-hop em 99, antes dos anos 2000, eu já fazia teatro, eu sou adepto  
2100 ao desenho. Sou professor formado pela Universidade Federal do Amazonas em  
2101 Artes Visuais. Dou aula de desenho há mais de 20 anos e, assim, ver a resposta  
2102 dos avaliadores com relação a projetos que foram contemplados em edições  
2103 passadas, como uma segunda edição para fortalecer a cultura do nosso  
2104 município, da forma como eles explanaram, é uma injustiça. Teve um projeto que



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

2105 eu fiz na última edição agora da Aldir Blanc 1, de 2024, que eu realizei em 2025,  
2106 fiz uma segunda edição e um dos avaliadores colocou lá que o meu currículo  
2107 não era suficiente e outros quatro que eu realizei na segunda edição. E um dos  
2108 avaliadores colocou que o meu currículo não era suficiente, que não tinha  
2109 trajetória dentro da cultura hip-hop. Sendo que, o outro avaliador fez totalmente  
2110 diferente, foram avaliações totalmente diferentes uma da outra. Lá em cima ele  
2111 coloca em suas explicações, ele fala bem da proposta, mas no final ele acaba  
2112 dando duas pernadas ao mesmo tempo. Duas das minhas propostas estavam  
2113 classificadas como suplentes. Depois do recurso, elas foram desclassificadas.  
2114 Ou seja, segundo a avaliação, houve duplicação, sendo que na inscrição do  
2115 projeto eu fiz o procedimento correto. Eu excluí e reenviei por falta de  
2116 documento, depois finalizei corretamente. E ficou normal. Porém, no resultado  
2117 do recurso, houve essa desclassificação, e apenas duas ficaram normais junto  
2118 com as demais. Sobre a questão dos 50%, isso é muito importante para nós  
2119 fazedores de cultura do nosso município. Manaus tem muita gente boa na  
2120 cultura, mas o interior também. Manacapuru tem um celeiro de artistas, seja das  
2121 artes visuais, música, teatro, escritores, assim como outros municípios do  
2122 Amazonas que fazem cultura, mas muitas vezes ficam sem nada. Por isso falo  
2123 da importância dos 50%, porque o recurso que chega para Manacapuru, gerido  
2124 pela prefeitura, é pouco. Há áreas que recebem 4 mil, 4.200 reais de premiação  
2125 para realização de projetos. Quando vem esses editais do Estado, eles ajudam  
2126 a alavancar nossa carreira e a realização de eventos locais. Eu participo do  
2127 Festival Folclórico com um grupo de dança que agora é ponto de cultura. Nesse  
2128 último edital de pontos de cultura, encontrei um erro que pode prejudicar meu  
2129 projeto. Existe um anexo para envio de documento do representante do coletivo,  
2130 mas essa opção não aparece claramente na área de inscrição. Conversando  
2131 com outros colegas, vimos que essa área existe no final, em “envio de  
2132 documentos necessários”, mas não especifica que é o documento do  
2133 representante do coletivo. Isso pode prejudicar três inscrições que eu fiz: nas  
2134 dança urbana de Manacapuru, boi-bumbá e dança portuguesa. Por não ter  
2135 identificado essa área corretamente, acabei não enviando o documento. Então  
2136 é isso que nós, enquanto fazedores de cultura, observamos: fomos muito  
2137 prejudicados nesse edital. Agradeço de coração. **Presidente:** Obrigado, Karter.  
2138 A gente vai pedir uma análise sobre essa questão, correto? Era realmente vir,  
2139 né, um, dois, três, e bem abaixo, uma ‘abinha’ para que essa declaração fosse  
2140 baixada e depois enviada na mesma aba. Assim, sem mais manifesto ou assunto  
2141 para ser tratado em plenário, agradeço a presença de todos e dou por encerrada  
2142 esta 50ª sessão plenária ordinária, pedindo ainda, que seja providenciada a ata  
2143 e encaminhada a minuta aos membros para leitura, a qual será aprovada no  
2144 expediente das próximas reuniões com posterior encaminhamento para  
2145 arquivamento na secretaria geral do CONEC visando o registro nos arquivos do  
2146 conselho. Obrigado a todos, peço que vocês abram a câmera, para quem ainda  
2147 está presente. Agradecer a presença importante dos fazedores de cultura dos



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

2148 municípios que se fizeram presentes até agora, dos suplentes também, da  
2149 assessoria jurídica. Doutor Sérgio, o senhor ainda está aqui, o Eder, eu gostaria  
2150 que o senhor solicitasse em caráter de urgência esse documento que o  
2151 presidente Caio André solicitou uma nova reanálise, lembra? E até agora não  
2152 chegou. Tá bom, obrigado, boa noite a todos.

**MARCOS ANDRÉ DURAND PEREIRA**

Presidente - 50ª Sessão Plenária  
Ordinária

**JORDANIA DAMASCENO GALDINO**

Secretária-geral

## LISTA DE PRESENÇA

### DE FORMA REMOTA:

1. Pedro Henrique Secatti Cacheado – Titular Representante da Cadeira de Audiovisual;
2. Álvaro Serrão Monteiro – Titular Representante da Cadeira de Literatura;
3. Lucimar Bezerra Marques – Titular Representante da Cadeira de Cultura Popular De Matriz Ibérica;
4. Wellisson Brito Batista – Titular Representante da Cadeira de Cultura Afrodescendente;
5. Elson Silva Da Rocha – Titular Representante da Cadeira de Folclore e Carnaval;
6. Mencius Benavraham Melo Figueiredo – Titular Representante da Cadeira de Música;
7. Vanderley Pinheiro – Titular Representante da Cadeira de Circo;
8. Bjarne Lima Furtado – Titular Representante da Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEDUC);
9. Cristina Helena Maia De Oliveira – Titular Representante da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ);
10. Rosy Cleia Da Silva Seixas – Titular Representante da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC);
11. Priscila Sena de Souza – Titular representante da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Amazonas (AFEAM);
12. Érica Dos Santos Nascimento Cintra – Titular Representante da Zona Franca De Manaus (SUFRAMA);
13. Wanderson Said Negreiros – Titular Representante da Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas (FEPIAM).

### CONVIDADOS:

14. Ana Lígia Pimentel – Suplente da Cadeira de Audiovisual;
15. Paulo Cesar Marques Holanda – Suplente da Cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;
16. Marly Nascimento Nogueira Rodrigues – Suplente da Cadeira de Folclore e Carnaval;



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

17. Jady Batista de Castro – Suplente da Cadeira de Dança;
18. Geliel Carvalho - Artista;
19. Eder Gama – Artista;
20. Karter Duarte – Artista;
21. Ronildo – Artista;
22. João - Artista;
23. Orange Cavalcante – Artista;
24. Daiana – Artista;
25. Hélio - Artista;
26. Klivía Fogaça - Artista;
27. Ednágliã - Artista;
28. Adriane – Artista;
29. Juzimar – Artista.

#### **ELABORAÇÃO DA ATA:**

30. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

#### **TRANSCRIÇÃO:**

31. Mirelly Chunia Marques – Estagiária Equipe CONEC;
32. Gustavo Lima Ferreira – Estagiário Equipe CONEC;

#### **ASSESSORIA DE POLÍTICAS CULTURAIS:**

33. Thiago Hermido da Silva – Assessor de Políticas Culturais;
34. Anne Paiva Alencar - Assessora de Políticas Culturais;

#### **EQUIPE DE APOIO JURÍDICO E ADMINISTRATIVO DO CONEC:**

35. Symone Juliana Ribeiro Farias – Assessora Administrativa;
36. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico;
37. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa;

#### **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:**

38. Paulo Victor Lima Bezerra – Estagiário Equipe CONEC.